

RELATÓRIO
DE ESTABILIDADE FINANCEIRA 2010

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2011

Ficha Técnica

Título: Relatório de Estabilidade Financeira 2010

Editor: Banco de Cabo Verde
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
<http://www.bcv.cv>

Paginação: Departamento de Recursos Humanos e Administração

Impressão: Tipografia Santos

Tiragem: 120 Exemplares

Índice

Capítulo 1- Enquadramento Macroeconómico	7
Capítulo 2 - Sector Financeiro Nacional em 2010 – Apreciação global.....	11
Capítulo 3 - Situação Financeira do Sector Privado não Financeiro.....	17
Capítulo 4 - Situação Financeira do Sector Público	21
Capítulo 5 - Sistema Bancário.....	25
5.1 - Actividade.....	25
5.1.1 - Evolução do Activo	26
5.1.2 - Evolução do Passivo.....	28
5.2 - Análise dos Resultados	31
5.3 - Rendibilidade.....	34
5.4 - Riscos da actividade bancária.....	37
5.4.1 - Adequação de Fundos Próprios e Solvabilidade.....	37
5.4.2 - Risco de Crédito	42
5.4.3 - Risco de mercado.....	48
5.4.3.1 - Risco de taxa de juro	48
5.4.3.2 - Risco de taxa de câmbio.....	48
5.4.4 - Risco de liquidez	51
5.4.5 - Risco operacional.....	53
5.5 - Resultados dos testes de <i>stress</i> de Dezembro de 2010.....	54
Capítulo 6 - Outros Actores do Sistema Financeiro Nacional	61
6.1 - Sector segurador.....	61
6.2 - Mercado de Capitais.....	62
Capítulo 7 - Infra-estruturas e Regulação	67
7.1 - Sistema de pagamentos.....	67
7.2 - Central de Risco de Crédito	67
7.3 - Quadro regulamentar	68
Capítulo 8 - Considerações Finais.....	73

Índice de Caixas

Caixa 5.1 - Supervisão baseada em riscos – Desafios e estado da arte em Cabo Verde ...	35
Caixa 5.2 - Basileia III e seu impacto em Cabo Verde.....	40
Caixa 5.3 - Z-Score: Indicador de solidez e estabilidade financeira	56

Índice de Quadros

Quadro 1- Evolução do sistema financeiro em 2010	11
Quadro 2 - Principais indicadores Macro-económicos e Financeiros.....	13
Quadro 3 - Saldos de crédito do sector privado não financeiro.....	17
Quadro 4 - Activo Agregado do Sistema Bancário	26
Quadro 5 - Crédito à economia.....	27
Quadro 6 - Passivo Agregado do Sistema Bancário.....	28
Quadro 7 - Depósitos por Entidades	29

Quadro 8 - Depósitos por prazos	30
Quadro 9 - Demonstração de Resultados do Sector Bancário a 31/12/2010	31
Quadro 10 - Análise de variações na Demonstração de Resultados	32
Quadro 11 - Margem financeira implícita	32
Quadro 12 - MF, MC e Despesas de funcionamento em relação ao PB.....	33
Quadro 13 - Cost to Income (Custos operacionais) em função do Produto Bancário....	34
Quadro 14 - MF, MC e PB em relação ao Activo Total	34
Quadro 15 - Produto bancário face ao PIB.....	34
Quadro 16 - Fundos Próprios e Solvabilidade.....	38
Quadro 17 - Vectores de risco	38
Quadro 18 - Crédito à economia em percentagem do PIB e ritmo de crescimento	43
Quadro 19 - Crédito a Particulares	43
Quadro 20 - Crédito a Empresas não Financeiras	44
Quadro 21 - Qualidade da carteira de Crédito.....	45
Quadro 22 - Posição cambial a 31/12/2010	50
Quadro 23 - Risco operacional em função do risco total	53
Quadro 24 - Quadro-resumo dos resultados dos testes de <i>stress</i>	54
Quadro 25 - Rácio de solvência.....	61
Quadro 26 - Total de emissões – Bolsa de Valores de Cabo Verde 2010	62
Quadro 27 - Capitalização Bolsista	63
Quadro 28 - Variação do número de cartões produzidos e movimentação de fundos	67

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Dívida Pública Interna	21
Gráfico 2 - Evolução do Activo, do Activo ponderado pelo Risco e do rácio Activo ponderado pelo risco/Activo.....	25
Gráfico 3 - Evolução do peso do Crédito no PIB	27
Gráfico 4 - Principais rubricas do Activo.....	28
Gráfico 5 - Principais rubricas do Passivo	29
Gráfico 6 - Evolução dos Depósitos.....	30
Gráfico 7 - Evolução dos Fundos Próprios	30
Gráfico 8 - Evolução dos Resultados Líquidos e do Produto Bancário.....	33
Gráfico 9 - Evolução do TIER I, TIER II e FP	39
Gráfico 10 -Variação dos activos ponderados pelo Risco	39
Gráfico 11 - Repartição do crédito a Particulares	44
Gráfico 12 - Repartição do crédito a Empresas não Financeiras	45
Gráfico 13 - Exposição da banca ao sector imobiliário	46
Gráfico 14 - Efeito do choque ao Crédito (Construção e Habitação)	47
Gráfico 15 - Efeito do choque ao Crédito (Consumo e Concentração).....	47
Gráfico 16 - Choque de uma variação da taxa de juro em 5 p.p.	48
Gráfico 17 - Evolução cambial ECV face USD e Libra.....	49
Gráfico 18 - Choque cambial	50
Gráfico 19 - Fontes de financiamento do sistema bancário	51
Gráfico 20 - Contributo dos fluxos de financiamento para a variação de crédito aos clientes.....	52
Gráfico 21 - Efeitos do Choque de liquidez (Corrida aos depósitos).....	53

Capítulo 1

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Capítulo 1 - Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica global em 2010 ficou marcada por sinais de recuperação económica, após a severa crise económica e financeira que se iniciou em 2008, ainda que o ritmo da recuperação seja substancialmente diferenciado ao nível das regiões, com os países emergentes da Ásia e da América Latina a demonstrarem uma dinâmica de crescimento muito mais forte que os países mais avançados. As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento global de 5% em termos reais, que compara à contracção de 0,6% registada em 2009.

A crise das finanças públicas aliada à fragilidade dos sistemas financeiros, particularmente nos países mais avançados, suscita todavia, de acordo com o FMI, um elevado grau de incerteza acerca da sustentabilidade da recuperação global. Esta conjuntura requer, ainda segundo o FMI, o reforço do sistema financeiro, particularmente na Europa, contra eventuais choques sistémicos que possam ameaçar a economia e a consolidação orçamental necessária. Na avaliação do FMI os progressos no fortalecimento do sistema bancário têm sido importantes mas a um ritmo ainda aquém do necessário. O FMI alerta para os riscos de liquidez e deterioração nas condições de financiamento com que se defrontam muitos bancos europeus, para as incertezas da qualidade dos seus activos, nomeadamente dado o seu nível de exposição significativo face ao sector imobiliário, bem como para a necessidade de aceleração do seu ritmo de capitalização.

A conjuntura económica internacional, particularmente a europeia, poderá condicionar a capacidade de financiamento da banca nacional, pela desaceleração do crescimento das remessas de emigrantes, e conduzir à redução dos resultados do sector, bem como ao risco de perda de qualidade da carteira, dada a incerteza de uma clara retoma do investimento directo estrangeiro.

A economia nacional, em linha com a melhoria do enquadramento internacional, evoluiu favoravelmente em 2010. As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento real de 5,6%, face aos 4% estimados para 2009, o que se deve principalmente à evolução da procura interna.

Para a recuperação económica terá contribuído positivamente, um conjunto de medidas de política macroeconómica, nomeadamente medidas de política monetária visando a estabilidade dos influxos de capitais externos e medidas de política orçamental orientadas para dinamização da procura interna (redução das taxas de impostos em 2009) e promoção da competitividade da economia a médio prazo (programa pluri-anual de investimentos públicos). Para o aumento da produção nacional foram decisivos os contributos dos sectores da construção e dos serviços.

Ao nível dos preços, a inflação atingiu os 2,1%, aumentando 0,9 pp face a 2009, mantendo-se, contudo, em linha com as expectativas de evolução dos preços na Zona Euro e reflecte, essencialmente, a inflação importada.

O retomar da actividade económica nacional e a evolução moderada da inflação poderão contribuir para a mitigação do risco de crédito. Contudo a rápida expansão da carteira de crédito ao ritmo que se tem verificado nos últimos anos, poderá continuar a comportar um risco subjacente de incumprimento e de perda de qualidade da carteira, sobretudo tendo em atenção a elevada exposição face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes. Esta situação impõe às instituições financeiras a gestão prudente dos riscos da actividade e o reforço contínuo dos fundos próprios.

As contas externas registaram, igualmente, melhorias em 2010, tendo as necessidades de financiamento da economia reduzido 3,6 pp, para 9,8% do PIB. As reservas internacionais líquidas atingiram no final de 2010 os 294 milhões de euros, correspondentes a 4,2 meses de importações.

Em virtude da política orçamental anti-cíclica em curso as contas públicas deterioraram-se. O défice orçamental (incluindo donativos) fixou-se nos 12% do PIB (6,8% em 2009), fruto da aceleração do investimento público.

Capítulo 2

SECTOR FINANCEIRO NACIONAL EM 2010

APRECIACÃO GLOBAL

Capítulo 2 - Sector Financeiro Nacional em 2010

- Apreciação global

Em 2010 entraram em actividade no sector on-shore mais três instituições financeiras, a saber: o Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco (NBCV) e o Ecobank.

Quadro 1 - Evolução do sistema financeiro em 2010

	Dez-09	Dez-10	Varição
	Nº	Nº	Dez.10/Dez.09
Instituições de Crédito	13	15	2
On-shore	5	8	3
Off-shore	8	7	-1
Instituições parabancárias	7	8	1
On-shore	3	6	3
Off-shore	1	1	0
Seguradoras	2	2	0
Fundo de Pensões (Instituto Nacional de Previdência Social)	1	1	0
Mercado de Capitais (Bolsa de Valores)	1	1	0
TOTAL (Instituições em funcionamento)	24	27	3

Fonte: Banco de Cabo Verde

A cobertura bancária no país prosseguiu com a abertura de novas agências bancárias, seja por parte de instituições já existentes, seja das novas instituições autorizadas a operar em 2010. A par da expansão das infra-estruturas físicas e da actividade de intermediação financeira dos bancos, as instituições financeiras deram continuidade às acções de capacitação técnica dos seus quadros e da sua capacidade institucional. Intensificou-se igualmente, o investimento em meios electrónicos de distribuição de produtos e serviços financeiros, traduzindo-se no aumento verificado do número e do volume de transacções nas Caixas Automáticas (ATM) e nos Terminais de Pagamento (POS), de forma a suprir o aumento da demanda por esses meios de pagamentos.

A actividade bancária apresentou sinais de revitalização, em linha com a recuperação da actividade económica nacional. O activo dos bancos cresceu na ordem de 9%, impulsionado pelo aumento do crédito total em 12,01%. Os depósitos evidenciaram um incremento de 6,35%.

O Produto Bancário aumentou 4,05% e os Resultados Líquidos cresceram

4,8%. Os rácios de rentabilidade do sector, ROA e ROE, foram positivos, mas fixaram-se a um nível aquém da média dos últimos 5 anos.

Os bancos reforçaram os seus Fundos Próprios e aumentaram a constituição de provisões, para níveis acima dos patamares regulamentares. O indicador da qualidade da carteira estabilizou-se face ao ano passado, apresentando um diferencial ligeiro na ordem de 0,16%.

Os testes de *stress* confirmaram a boa capacidade de resiliência do sector face a determinados choques. Contudo, a existência de elevados riscos de crédito e de concentração constituem factores que podem ameaçar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

No sector segurador o índice de penetração dos seguros na economia aumentou ligeiramente, passando de 1,5% em 2009, para 1,6% em 2010, um valor muito semelhante ao que se regista na maior parte das economias africanas. O resultado agregado do sector, líquido de impostos, assinalou um crescimento considerável de cerca de 31%, pelo que o rácio de rentabilidade dos capitais próprios registou uma subida de 2 pp. A margem de solvência atingiu o nível de 281%, valor que além de bastante superior ao registado no ano anterior, é de quase duas vezes superior ao montante exigido nos termos regulamentares.

No mercado de capitais, em 2010, o volume de transacções foi de 2,7 vezes superior ao registado no ano anterior, registando-se crescimentos tanto no segmento accionista quanto no obrigacionista, evidenciando deste modo o contributo crescente do mercado de valores mobiliários para o financiamento da economia.

O sistema de pagamentos expandiu a sua rede de terminais electrónicos para garantir o atendimento da crescente procura, o que intensificou o número e o volume de transacções nas Caixas Automáticas (ATM) e nos Terminais de Pagamento (POS).

Em termos regulamentares, no final do ano, já se encontrava na derradeira fase de conclusão a reforma da Lei-Quadro das instituições de crédito, propondo o estabelecimento de uma nova Lei de Base das Instituições Financeiras. No que se refere ao sector segurador, foram aprovados durante o ano importantes diplomas visando a actualização do mercado segurador bem como um novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

Quadro 2 - Principais indicadores Macro-económicos e Financeiros

Indicadores macroeconómicos e financeiros	Em percentagem; valores em final de período				
	2006	2007	2008	2009	2010
Índice de preços no consumidor					
Taxa de variação média dos últimos doze meses	4,8	4,4	6,8	1,0	2,1
Taxa de variação em relação ao mês homólogo	5,8	4	6,7	-0,4	3,4
Taxa de cambio - Euro/Dólar	1,3	1,5	1,4	1,4	1,3
Taxa de variação real do PIB	10,1	8,6	6,1 *	4,0 *	5,6 *
Sector público - Indicadores selecionados					
Saldo global, incluindo donativos (em % do PIB)	-3,9	1,3	-1,8 *	-6,8 *	-12,0 *
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-10,4	-3,7	-6,8 *	-13,3 *	-19,0 *
Saldo primário (em % do PIB)	-8,7	-1,9	-5,2 *	-10,7 *	-17,3 *
Saldo corrente (em % do PIB)	3,0	5,3	6,3 *	2,5 *	1,9 *
Défice da conta corrente, incluindo transf. correntes (em % do PIB)	7,4	14,7	16,0 *	16,7 *	13,1 *
Dívida interna pública em % do PIB (excluindo depósitos da DGT)	27,0	20,3	17,5 *	18,2 *	17,6 *
Dívida externa pública em % do PIB	49,2	46,8	46,4 *	51,6 *	60,0 *
Taxa de juro obrigações do Tesouro (última emissão)	5,5	5,5	5,4	5,7	6,0
Situação financeira do sector privado não financeiro					
Particulares					
Endividamento					
Em % do PIB	26,0	29,6	32,3 *	37,5 *	38,6 *
Taxa de variação anual (%)	17,1	25,4	19,7	14,1	10,2
Sociedades não financeiras					
Dívida total (face sector bancário)					
Em % do PIB	19,9	20,9	28,4 *	31,7 *	32,1 *
Taxa de variação anual (%)	65,0	15,9	48,6	9,8	8,6
Sector financeiro bancário					
Rendibilidade					
Taxa de juro activa implícita (1)	11,4	13,4	10,8	9,4	9,4
Taxa de juro passiva implícita (2)	2,7	2,3	2,5	2,7	2,88
Margem implícita	8,7	11,1	8,3	6,7	6,5
ROE - rendibilidade dos capitais próprios	19,7	30,9	15,8	9,8	9,9
ROA - rendibilidade do activo	1,1	1,6	1,0	0,7	0,7
MF - Margem financeira (% do activo total)	2,9	3,7	2,9	3,8	3,03
Comissões líquidas (% do activo total)	0,9	0,9	0,7	0,6	0,5
Custos operacionais/produto bancário	63,3	53,1	52,3	65,5	66,9
Custos operacionais/activo líquido	2,7	2,7	2,9	3,5	3,4
Solvabilidade					
Rácio de adequação global dos fundos próprios	11,1	11,4	12,0	11,5	15,2 **
Risco de taxa de câmbio +					
Posição líquida em ME					
Em % do activo líquido	-	-	-	0,7	0,4
Em % dos fundos próprios				9,2	4,8
Risco de taxa de juro +					
Gap AS / PS até 1 ano ++					
Em % do Activo Líquido	-	-	-	0,02	0,03
Em % dos Fundos Próprios	-	-	-	0,3	0,4
Risco de liquidez					
Activo líquido/activo total	16,6	15,9	15,3	16,4	12,5
Activo líquido /passivo de Curto Prazo	45,9	44,1	45,1	49,2	37,7
Rácio crédito/depósitos	51,1	53,7	75,7	75,5	79,2
Risco de Crédito					
Empréstimos ao sector privado - variação anual	-	21,3	31,7	12,1	9,5
Em percentagem do total dos depósitos	-	-	68,8	76,3	79,2
Qualidade da carteira de crédito (Circular nº150 de 28/12/2009)					
Crédito e juros vencidos / crédito total	-	4,3	2,5	3,9	4,0
Crédito vencido líquido /Crédito total	-0,2	-0,5	-2,8	-1,7	-1,8
Provisões ⁽³⁾ / Crédito vencido	139,0	113,2	211,5	141,9	143,9
Sector financeiro segurador					
Evolução da carteira	12,5	12,8	15,3	3,3	4,1
Grau de penetração dos seguros na economia (% do PIB)	1,7	1,5	1,5	1,5	1,57
ROA	11,1	13,2	12,6	14,6	15,94
Grau de cobertura das provisões técnicas por activos	111,8	141,9	135,2	143,4	155,1
Margem de solvência	219,3	166,8	200,1	269,6	298,0
Mercado de Valores Mobiliários					
Capitalização bolsista total (tv em %)	-	190,8	-3,7	13,7	20,5
Capitalização bolsista total (em % do PIB)	7,0	18,0	16,0	20,0	20,0

Fonte: Banco de Cabo Verde, Bloomberg

AS, PS - Activos e Passivos sensíveis à taxa de juro; DGT- Direcção Geral do Tesouro

* valores provisórios

(+) Dados dos "stress tests" (valores dos activos sensíveis a partir de 2009 incluem dívida titulada)

(++) Gap acumulado

** não inclui o Banco Africano de Investimentos (BAI)

[1] Juros e proveitos equiparados/Créditos total (excluindo títulos)

[2] Juros e custos equiparados/depósitos totais

(3) - não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

Capítulo 3

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO

Capítulo 3. Situação Financeira do Sector Privado não Financeiro

Dada a melhoria da procura interna registada em 2010, o crédito à economia (particulares e empresas não financeiras) cresceu 10,2%, tanto no segmento Particulares como Empresas não Financeiras. Verificou-se, no entanto, um abrandamento do crédito concedido a particulares, em resultado da desaceleração tanto do segmento habitação como do segmento do crédito ao consumo de bens duradouros (outros fins), o que se traduziu na redução da exposição dos bancos face a particulares¹.

**Quadro 3 - Saldos de crédito do sector privado não financeiro
(Endividamento face ao sector bancário)**

	Dez-09	Dez-10	Var. pp
Endividamento - Particulares			
Em % do PIB	37,5%	38,6%	1,0
Taxa de variação anual	14,1%	10,2%	-3,9
Endividamento - Empresas não Financeiras			
Em % do PIB	31,7%	32,1%	0,4
Taxa de variação anual	9,8%	8,6%	-1,2

Fonte: BCV

Não obstante o indicador de clima económico do INE ter apresentado ao longo de 2010, uma trajectória em geral ascendente, a evolução da situação de endividamento, sobretudo de particulares, reflecte ainda algum enfraquecimento do seu nível de confiança na retoma económica.

Os recursos de clientes assinalaram crescimento. Todavia os depósitos de residentes – empresas e particulares – tiveram uma redução na ordem de 7%.

O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira de crédito, registou uma estabilização em 2010, quando comparado com 2009. Os bancos reforçaram porém o nível de provisões de modo significativo, permitindo uma cobertura do crédito vencido em 144%, procurando assim mitigar o risco de crédito em geral, e particularmente o derivado do nível de exposição face ao sector privado não financeiro.

¹ Os cálculos sobre a variação anual dos empréstimos por sector institucional têm por base os dados das Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Capítulo 4

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR PÚBLICO

Capítulo 4 - Situação Financeira do Sector Público

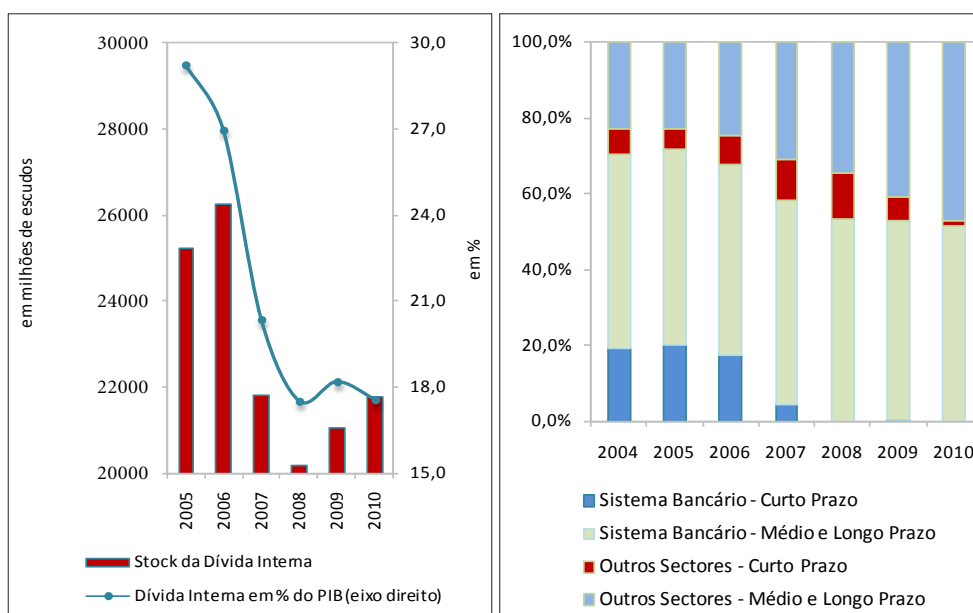
O *stock* da dívida do Governo Central (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) aumentou 8,4 pp, situando-se nos 77,6% do PIB, em 2010, em resultado do aumento das suas necessidades de financiamento, dado o aumento do défice. A evolução da dívida reflecte principalmente o aumento do endividamento externo, porque em termos do PIB a dívida estabilizou.

A dívida externa efectiva acumulada ascendeu aos 74.401 milhões de CVE, passando a representar cerca de 60% do PIB. O financiamento ocorre a taxas inferiores a 2%, sendo que os contratos prevêem, em média, um período de carência de 8 anos e uma maturidade de 33 anos.

O valor actual da dívida pelas exportações de bens e serviços e o valor actual da dívida sobre o PIB permanecem abaixo dos limiares de risco moderado, indiciando que a dívida externa pública mantém-se em níveis sustentáveis.

O *stock* da dívida interna deduzido dos depósitos do Governo Central representou em 2010 17,6% do PIB (23% do PIB em 2009), denotando a boa capacidade de solvência do sector público. A dívida concentra-se fundamentalmente em títulos de médio e longos prazos, tendo decrescido em 0,6 pp, face a 2009. O sistema bancário nacional detém 50,2% do total do *stock* das obrigações de tesouro, e 6,5% do *stock* dos bilhetes de tesouro.

Gráfico 1 - Dívida Pública Interna



Fonte: Ministério das Finanças; Bancos Comerciais; Banco de Cabo Verde.

O rácio da dívida interna sobre o PIB tem assinalado desde 2005 uma trajectória descendente bem como o nível de endividamento do sector público junto dos bancos, indiciando redução contínua da exposição do sector bancário face ao Estado.

Capítulo 5

SISTEMA BANCÁRIO

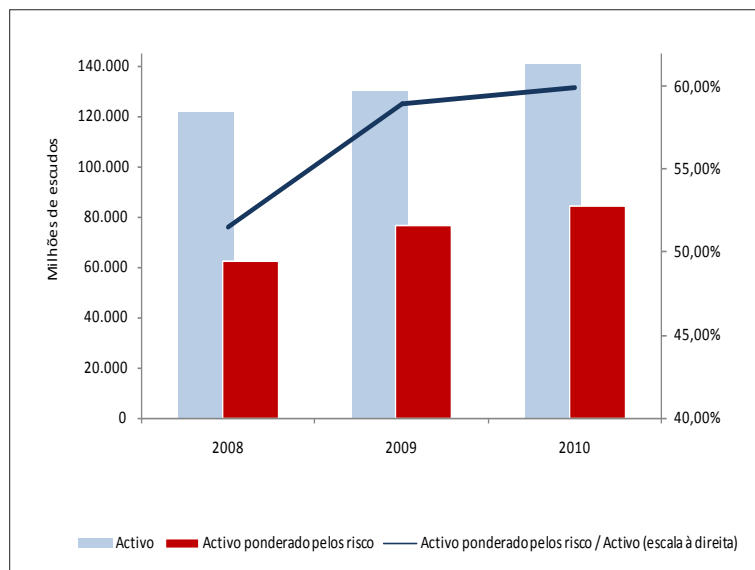
Capítulo 5 - Sistema Bancário

5.1 - Actividade

O activo dos bancos representava em 2010 cerca de 114% do PIB. A actividade das instituições bancárias, traduzida pelo crescimento do seu activo, registou no final de 2010 um crescimento absoluto de 11,5 milhões de contos, significando uma variação relativa na ordem de 8,9%. A expansão da actividade bancária em 2010 manifestou-se na criação de novas agências de bancos já existentes e no surgimento de novos bancos *onshore*, nomeadamente do Banco Espírito Santo (BES), do Ecobank e do Novo Banco.

O activo ponderado pelo risco atingiu, em 2010, o valor aproximado de 60% do activo total, e cresceu 0,95 p.p., isto é, a exposição ao risco por parte dos bancos cresceu a um ritmo significativamente inferior ao da expansão da sua actividade.

Gráfico 2 - Evolução do Activo, do Activo ponderado pelo Risco e do rácio Activo ponderado pelo risco/Activo



Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução do activo deve-se principalmente à expansão do crédito, que registou em termos homólogos uma taxa de crescimento de 12%. Esta rubrica representa 61,79% do activo.

Os títulos representam a segunda rubrica mais importante do activo, e aumentaram no cômputo geral 5,3%, não obstante os títulos públicos na carteira, nomeadamente OT e BT, terem reduzido em 6%.

Do lado do passivo, registou-se um crescimento dos depósitos em 7,7 milhões de contos, o que representa uma variação relativa de 7,5%. Os recursos de terceiros representam 86,4% do Passivo.

5.1.1 - Evolução do Activo

As principais rubricas do Activo constituem o Crédito a Clientes e a Carteira de Títulos.

O crédito a clientes constitui a maior rubrica do activo do sector bancário, representando cerca de 64,3% do activo, em 2010. A expansão da carteira de crédito responde pelo crescimento da actividade bancária, apresentando em 2010 uma taxa de variação próxima de 12%.

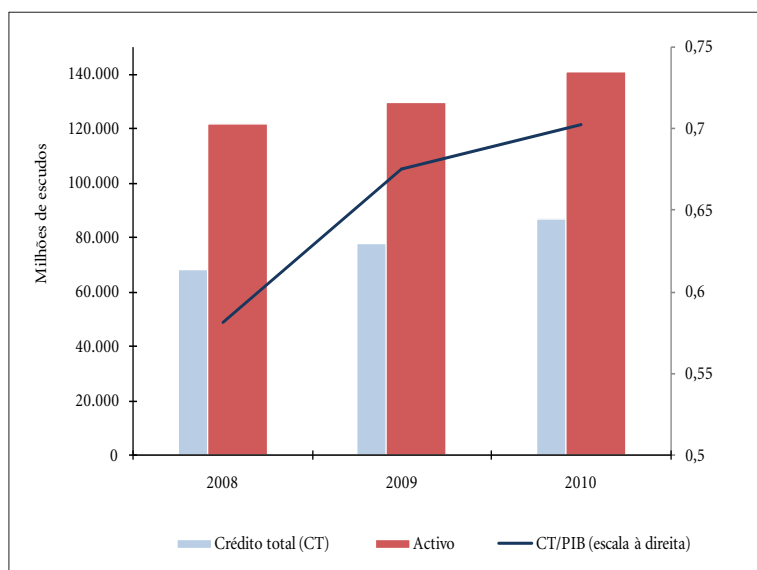
Quadro 4 - Activo Agregado do Sistema Bancário

	Milhares de escudos				Peso (%)
	Dez-09 Valor	Dez-10 Valor	Var. (09/10) Absoluta %		
Caixa e Disponibilidades	21.045.392	17.044.186	-4.001.206	-19,01	12,08
Crédito Total	78.076.339	87.075.687	8.999.349	11,53	61,69
Crédito vencido (liq. prov.)	3.164.822	3.678.402	513.580	16,23	2,61
Titulos de dívida pública	23.307.043	24.543.194	1.236.151	0,00	17,39
OT + BT	10.580.186	9.940.525	-639.661	-6,05	7,04
TCMF	6.726.762	6.726.762	0	0,00	4,77
Imparidades	6.876.459	7.327.738	451.278	6,56	5,19
TOTAL DO ACTIVO (Liquido)	129.634.312	141.143.110	11.508.798	8,88	

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito a clientes em 2010 fixou-se em 70,27% do PIB, face aos 67,53% em 2009, isto é, assinalou uma variação na ordem de 2,7 pp. O crescimento do crédito face ao PIB ultrapassou o crescimento do próprio PIB, o que traduz a importância crescente da intermediação bancária para a economia.

Gráfico 3 - Evolução do peso do Crédito no PIB



Fonte: Banco de Cabo Verde

O total do crédito destinado ao financiamento da economia (Empresas não Financeiras e Particulares) totalizou em Dezembro de 2010 o montante de 87,6 milhões de contos. Cresceu cerca de 7,5 milhões de contos, em termos absolutos, o que representa uma variação na ordem de 9,45%.

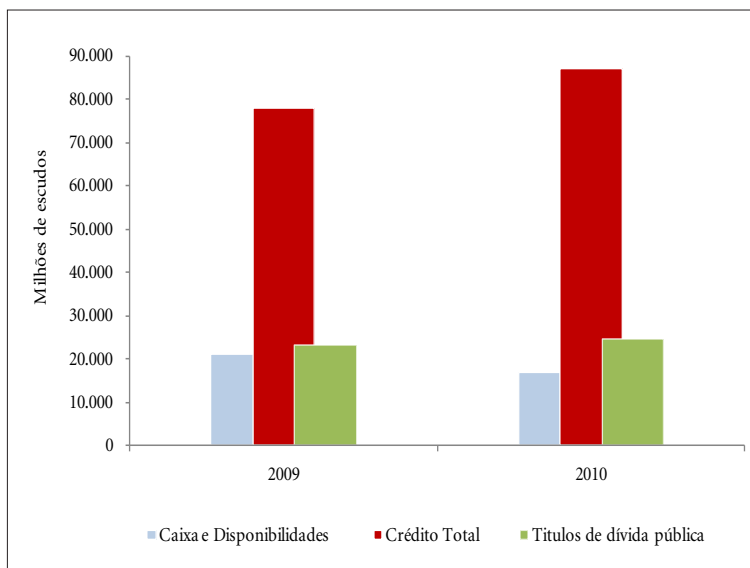
Quadro 5 - Crédito à economia

	Dez-09	Dez-10	Varição
	%	%	pp
Crédito a Empresas não Financeiras	45,76	45,41	-0,35
Crédito a Particulares	54,24	54,59	0,35

Fonte: Banco de Cabo Verde

A rubrica Títulos, com um peso de 17,39%, continua a representar a segunda maior rubrica do Activo e manteve-se quase ao mesmo nível do ano anterior.

Gráfico 4 - Principais rubricas do Activo



Fonte: Banco de Cabo Verde

5.1.2 - Evolução do Passivo

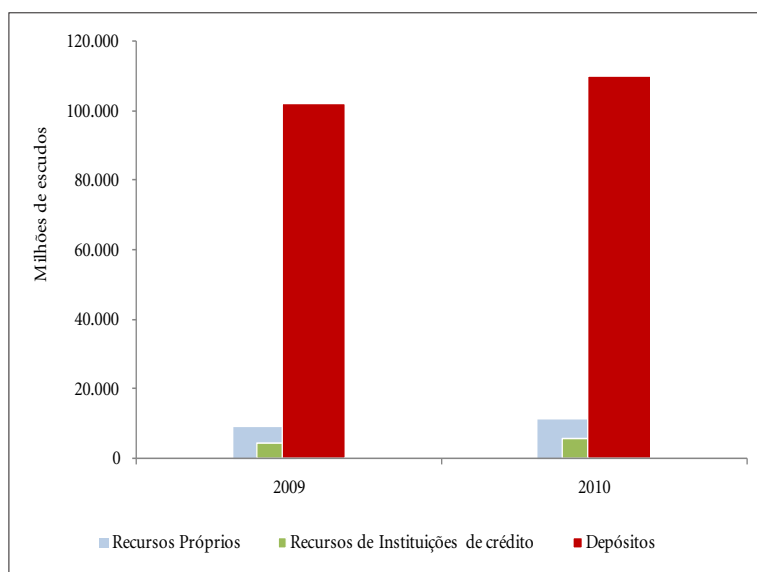
Os Depósitos Totais – Particulares, Empresas e outras Instituições Financeiras – representam 91,02% de todo o Passivo, constituem a principal rubrica do Passivo e fonte de financiamento da actividade bancária, com um contributo decisivo para a posição estrutural de liquidez do sistema bancário.

Quadro 6 - Passivo Agregado do Sistema Bancário

	Milhares de escudos				Peso (%)
	Dez-09	Dez-10	Var. (09/10)		
	Valor	Valor	Absoluta	%	
Recursos Próprios	9.259.126	11.424.664	2.165.538	23,39	8,98
Recursos de Instituições de crédito	4.175.628	5.854.476	1.678.848	40,21	4,60
Depósitos	102.261.229	109.983.459	7.722.229	7,55	86,42
TOTAL DO PASSIVO	115.695.983	127.262.599	11.566.616	10,00	

Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 5 - Principais rubricas do Passivo



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os recursos de clientes (segmento Particulares e Empresas) representam 78,1% do activo do sistema em 2010. Cresceram à taxa de 8%, seja no segmento a ordem como no a prazo.

Quadro 7 - Depósitos por Entidades

	Milhares de escudos				
	Dez-09	Dez-10	Var. (09/10)		Peso (%)
	Valor	Valor	Absoluta	%	
Do sector público administrativo	3.707.119	10.440.836	6.733.717	182	9,49
De outros residentes	57.388.470	53.535.397	-3.853.073	-7	48,68
De emigrantes	36.016.823	38.429.101	2.412.278	7	34,94
De outros não residentes	5.001.378	6.077.378	1.075.999	22	5,53
Depósitos obrigatórios e Outros	147.439	1.500.746	1.353.307	918	1,36
TOTAL	102.261.229	109.983.459	7.722.230	7,55%	

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os depósitos de emigrantes registaram em 2010 um crescimento acima do verificado no ano anterior e constituem a segunda maior componente na estrutura dos depósitos das instituições (34,94%).

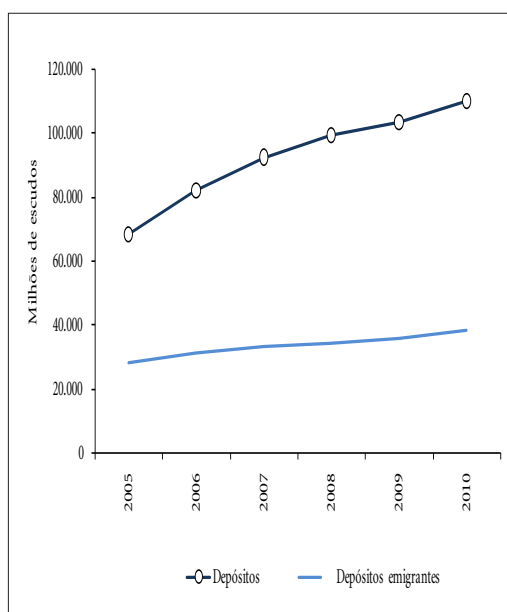
Quadro 8 - Depósitos por prazos

	Milhares de escudos				Peso (%)
	Dez-09	Dez-10	Var. (09/10)		
	Valor	Valor	Absoluta	%	
À ordem	43.103.201	46.809.237	3.706.036	9	42,56
A prazo	56.351.802	60.175.342	3.823.540	7	54,71
Outros	2.806.226	2.998.880	192.654	7	2,73
TOTAL	102.261.229	109.983.459	7.722.229	7,55	

Fonte: Banco de Cabo Verde

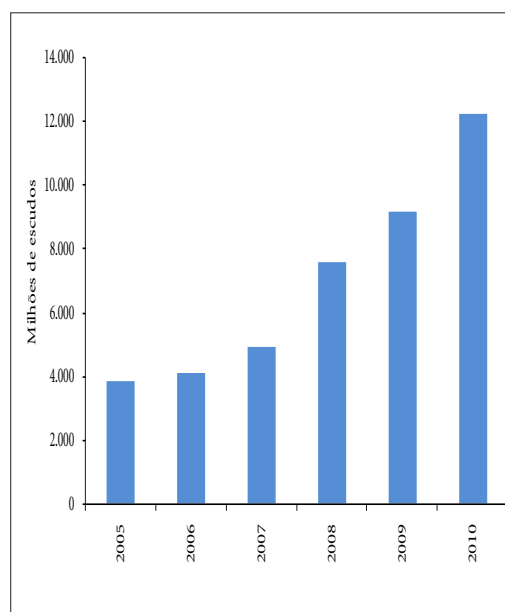
Por prazos, observa-se que a maior parte dos depósitos – 54,71% – é a prazo, registando um crescimento na ordem de 7%, em sintonia com a evolução igualmente positiva dos depósitos à ordem.

Gráfico 6 - Evolução dos Depósitos



Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 7 - Evolução dos Fundos Próprios



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os bancos reforçaram em 2010, tal como se verificara em 2009, o seu capital social em 2,2 milhões de contos, elevando-se assim a rubrica “Capital e Reservas” em 23,39%. Este esforço de capitalização contribuiu para o fortalecimento dos Fundos Próprios e aumento da solidez dos bancos.

5.2 - Análise dos Resultados

Em 2010 verificou-se um aumento sensível dos Resultados Líquidos do exercício, em 4,89% face ao ano anterior, ou seja um acréscimo, em termos absolutos, de 43 milhões de escudos.

Quadro 9 - Demonstração de Resultados do Sector Bancário a 31/12/2010

	Em CVE			
	Dez-09	Dez-10	Var.	
	Valor	Valor	Absoluta	%
Juros e proveitos equiparados	7.704.868.155	8.573.035.119	868.166.965	11,27
Juros e custos equiparados	2.810.379.709	3.163.680.762	353.301.053	12,57
MARGEM FINANCEIRA	4.894.488.446	5.409.354.358	514.865.912	10,52
Rendimentos de instrumentos de capital	279.309.728	264.842.814	-14.466.914	-5,18
Comissões Líquidas	740.685.107	713.339.879	-27.345.228	-3,69
Resultados de activos e passivos ao Justo Valor	-1.835.660	-183.650	1.652.010	-90,00
Resultados de activos financ. dispon. para venda	5.870	10.739	4.869	82,95
Resultados de reavaliação cambial	259.519.580	310.303.846	50.784.266	19,57
Resultados de alienação de outros activos	5.195.656	632.753	-4.562.903	-87,82
Outros resultados de exploração	711.318.400	469.241.378	-242.077.022	-34,03
MARGEM COMPLEMENTAR	1.994.198.681	1.758.187.759	-236.010.922	-11,83
PRODUTO BANCÁRIO	6.888.687.127	7.167.542.117	278.854.990	4,05
Custo com pessoal	2.133.953.211	2.355.717.134	221.763.923	10,39
Gastos Gerais Administrativos	1.892.271.243	1.920.388.854	28.117.610	1,49
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2.862.462.673	2.891.436.129	28.973.456	1,01
Amortização do exercício	486.658.296	521.895.448	35.237.152	7,24
Provisões líquidas de reposições e anulações	75.386.556	59.043.374	-16.343.182	-21,68
Imparidade outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	1.186.331.618	1.122.714.721	-63.616.897	-5,36
Imparidade de outros act. líq. revers./recuperações	-10.100.583	-22.167.167	-12.066.584	-119,46
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.124.186.786	1.209.949.754	85.762.967	7,63
Imposto correntes	135.520.971	176.233.915	40.712.944	30,04
Imposto diferidos	99.743.586	101.342.455	1.598.868	1,60
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	888.922.229	932.373.384	43.451.155	4,89

Fonte: Banco de Cabo Verde

O desempenho da margem financeira responde em 78% pelas variações de impacto positivo. Outros importantes contributos devem-se à evolução dos resultados de reavaliação cambial bem como de Imparidades.

Pelas variações de impacto negativo, contribuíram principalmente as rubricas “Outros Resultados” e “Custos com o pessoal” em 75,31%.

Quadro 10 - Análise de variações na Demonstração de Resultados

		Em CVE	
Variações de impacto positivo		Variações de impacto negativo	
Designação		Designação	
Margem financeira	514.865.912	Rendim. de instrumentos de capital	14.466.914
Result. activos fin. disp. p/ venda	4.869	Comissões Líquidas	27.345.228
Resultados de reavaliação cambial	50.784.266	Result. de alienação de outros activos	4.562.903
Provisões líquidas de repos. e anul.	16.343.182	Outros resultados de exploração	242.077.022
Imparidade outros act. fin.	75.683.481	Custo com pessoal	221.763.923
	1.652.010	Gastos Gerais Administrativos	28.117.610
		Amortização do exercício	35.237.152
		Impostos correntes e diferidos	42.311.812
Total	659.333.720	Total	615.882.565
Variação total nos Resultados = 459.333.20 - 615.882.565 = 43.451.155			

Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução da Margem Financeira (MF) ficou a dever-se preponderantemente ao efeito volume, dada a contribuição negativa do efeito taxa de juro.

Quadro 11 - Margem financeira implícita

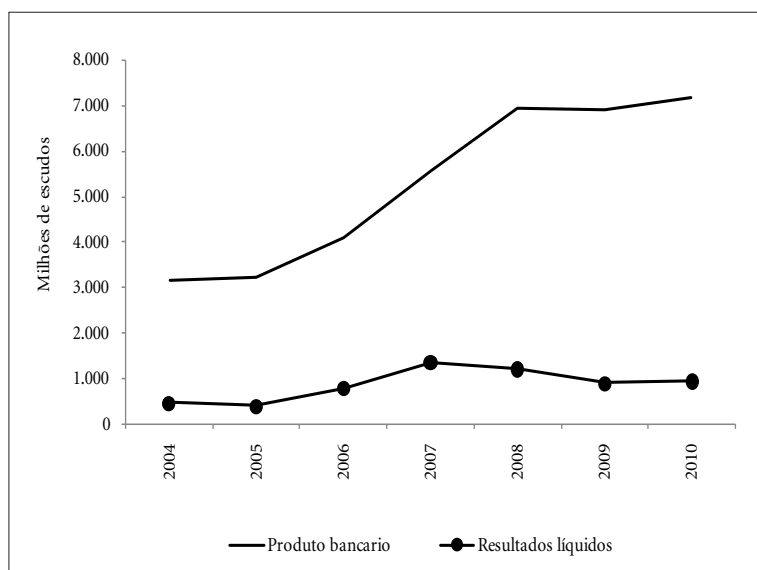
	Dez-09	Dez-10	Var.
	Valor	Valor	pp
Taxa de juro activa implícita (1)	9,42%	9,38%	-0,039
Taxa de juro passiva implícita (2)	2,75%	2,88%	0,128
Margem Financeira Implícita	6,67%	6,50%	-0,025

(1) Juros e proveitos equiparados / Crédito total

(2) Juros e custos equiparados / Depósitos totais

Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 8 - Evolução dos Resultados Líquidos e do Produto Bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Face ao Produto Bancário (PB), o peso da Margem Financeira em 2010 voltou a crescer, evidenciando a importância da intermediação financeira para os resultados do sector.

Quadro 12 - ME, MC e Despesas de funcionamento em relação ao PB

Ano	Margem Financeira	Margem Complementar	Custos operacionais
2004	65,51%	34,49%	57,57%
2005	62,69%	37,31%	61,24%
2006	67,17%	32,83%	54,49%
2007	71,31%	28,69%	46,12%
2008	68,08%	31,92%	63,23%
2009	71,05%	28,95%	68,93%
2010	75,47%	24,53%	70,81%

Fonte: Banco de Cabo Verde

O peso da margem complementar regrediu, significando a redução da contribuição dos resultados não financeiros para os resultados globais do sector bancário.

Face ao Activo Total, a Margem Financeira estabilizou, contudo regrediram a Margem Complementar e o Produto Bancário.

O ligeiro aumento do peso dos custos operacionais no Produto Bancário indicia estabilização da eficiência operacional, muito embora os custos com o pessoal, à semelhança do ano anterior, continuem a ter um peso significativo – na ordem de 37% – na formação dos custos operacionais do sector.

Quadro 13 - Cost to Income (Custos operacionais) em função do Produto Bancário

	Dez-09	Dez-10	Var. (p.p.)
Custos operacionais	68,93%	70,81%	1,89
Custos com o Pessoal	30,98%	32,87%	1,89
Gastos Administrativos	27,47%	26,79%	-0,68
Impostos	3,42%	3,87%	0,46
Amortizações	7,06%	7,28%	0,22
Em função do Activo Líquido	3,66%	3,41%	-0,25

Fonte: Banco de Cabo Verde

5.3 - Rendibilidade

Devido ao ainda considerável peso dos custos operacionais (em grande medida devido aos custos com o pessoal) e ao modesto crescimento do Produto Bancário, reduziram em 2010 os ganhos de eficiência que o sector em 2009 acumulou.

Analisando o peso da Margem Financeira, da Margem Complementar bem como do Produto Bancário sobre o Activo em 2010, verifica-se apenas uma evolução favorável, embora ligeira, da Margem Financeira.

Quadro 14 - MF, MC e PB em relação ao Activo Total

Ano	Margem Financeira (MF)	Margem Complementar (MC)	Produto Bancário (PB)
2009	3,78%	4,17%	5,31%
2010	3,83%	1,25%	5,08%
Variação 2009/2010 (pp)	0,06	-2,93	-0,24

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em relação ao PIB, à semelhança do verificado no ano anterior, observa-se igualmente uma redução, contudo muito ligeira, do produto bancário na ordem de 0,17 p.p., isto é, o sector bancário em 2010 cresceu a um ritmo inferior ao da economia real, indiciando redução da eficiência na alocação de activos disponíveis.

Quadro 15 - Produto bancário face ao PIB

	Dez-09	Dez-10	Var.
	Valor	Valor	p.p.
Prod. Bancário / PIB	5,96%	5,78%	-0,17

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os indicadores de rentabilidade ROA e ROE apresentaram um ligeiro aumento face ao ano anterior.

Em 2010, a taxa de Rentabilidade dos Activos (ROA), que mede a eficiência do sector bancário na utilização de activos, fixou-se em 0,74%, e a taxa de Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) – medida de eficiência na utilização de recursos próprios – situou-se em 9,87%. Registou-se assim uma variação positiva dos indicadores de 0,06 pp e 0,11 pp, respectivamente, o que indicia, face ao ano anterior, um nível maior de desempenho. No entanto, comparativamente à média do sector dos últimos 5 anos (ROA 1,02% e ROE 17,22%) verificou-se uma redução dos rácios em 7,35 pp e em 0,28 pp, respectivamente, isto é, regrediu a eficiência do sector bancário na alocação de recursos, sobretudo nos últimos 5 anos.

Caixa 5.1

Supervisão baseada em riscos Desafios e estado da arte em Cabo Verde

1. Requisitos, sistema e objectivos

Um sistema de supervisão deverá ser eficaz. Um sistema realmente eficaz de supervisão assente sobre uma óptica de risco, contrariamente à abordagem tradicional da supervisão baseada no cumprimento dos procedimentos e de regras prudenciais, leva em consideração o tamanho de cada banco e o seu nível de sofisticação, e adopta uma abordagem *Cradle to Grave*, isto é, cada banco deverá estar sujeito a uma supervisão baseada no seu perfil de risco estimado, desde o seu nascimento (licenciamento) até ao túmulo (sua aquisição e/ou liquidação), incluindo as actividades intermédias.

Um sistema de supervisão efectiva baseada no risco depende de um conjunto de factores:

- a) Existência de uma legislação robusta;
- b) Regulação prudencial actualizada, de acordo com os melhores padrões internacionais;
- c) Políticas e Procedimentos escritos;
- d) Existência de Sistema de Reportes Bancários;
- e) Exames regulares Onsite e estabelecimento de sistemas de avaliação de risco e estabelecimento de rating;
- f) Número de pessoal técnico altamente treinado;
- g) Recursos logísticos e tecnológicos adequados.

A supervisão baseada em riscos pretende alcançar os seguintes objectivos:

- a) Trabalho de acompanhamento completo com a Produção de relatórios do trabalho onsite;

- b) Utilização de tecnologias de informação (IT) e outros sistemas para o trabalho de monitorização off-site da situação financeira, performance e risco;
- c) Combinação do trabalho on-site com o off-site (acompanhamento efectivo do perfil de risco, da condição financeira e performance de todos os bancos, em tempo real;
- d) Implementação de acções correctivas (para reposição da adequação de capital de cada instituição).

Um sistema de supervisão baseado em riscos deverá ser proactivo e antecipatório de eventuais perigos para cada instituição e para o sistema como um todo, devendo para o efeito criar sistemas de alerta antecipados, os chamados Regulatory Early Warning System (EWS). Estes dizem respeito a:

- a) Processos, procedimentos e modelos que sistematizem a informação e dados, de forma a identificar potenciais riscos para cada banco, depositantes, outros bancos e para o sistema financeiro no seu conjunto;
- b) Sistemas de Alerta Antecipados baseados em rácios financeiros, na avaliação qualitativa dos inspectores, na informação externa do mercado financeiro e nos modelos financeiros/estatísticos.

2. O estado da arte em Cabo Verde

O sistema financeiro cabo-verdiano foi objecto de avaliação pelo Fundo Monetário Internacional em 2008, através do exercício FSAP (Financial System Assessment Program). A equipa de avaliação reconheceu a boa saúde financeira do sistema bancário e as boas práticas de supervisão, identificou riscos potenciais e apontou vulnerabilidades. No final da sua missão teceu as seguintes recomendações:

- a) Necessidade de reforço da supervisão e da legislação bancária;
- b) Criação do núcleo de análise de risco;
- c) Criação de indicadores de robustez financeira (FSI);
- d) Regulamentação de todos os riscos bancários;
- e) Melhoria da capacidade de aferição do risco;
- f) Introdução de medidas correctivas.

Desde então o Banco de Cabo Verde, enquanto entidade reguladora do sistema financeiro, vem implementando importantes medidas, no sentido da migração para a supervisão baseada em riscos, dentre as quais se destacam:

- a) A revisão e elaboração de importantes diplomas e avisos (Risco cambial, de liquidez e de taxa de juro);
- b) A criação do núcleo de análise e acompanhamento de riscos para o sistema financeiro, numa óptica de abordagem macro-prudencial;
- c) A realização de testes de *stress* regulares;
- d) O início da compilação de indicadores de robustez financeira, segundo a metodologia de compilação definida pelo Fundo Monetário Internacional;

- e) A elaboração do relatório de estabilidade financeira;
- f) A formação da equipa de supervisão (participação em seminários e estágios).

Não obstante as medidas implementadas, a boa nota atribuída à supervisão e a robustez do sistema financeiro nacional, identificaram-se importantes desafios à plena implementação da supervisão baseada em riscos, nomeadamente:

- a) Criação de um sistema de rating e de um índice de risco sistémico;
- b) Introdução de modelos de previsão da evolução dos indicadores de robustez financeira (FSI – Financial Soundness Indicators);
- c) Aperfeiçoamento contínuo da metodologia dos testes de *stress*;
- d) Regulamentação de outros riscos bancários ainda não contemplados (risco de concentração, risco país, entre outros);
- e) Aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de reporte;
- f) Criação de uma base de dados de estatísticas financeiras;
- g) Criação de uma central de balanços de empresas;
- h) Melhoria das funcionalidades da Central de Riscos de Crédito (CRC);
- i) Qualificação contínua do pessoal da equipa de supervisão.

O Banco de Cabo Verde beneficia na implementação da supervisão baseada em riscos, da cooperação estratégica do Banco de Portugal, do Banco Central de Luxemburgo, do Banco Central do Brasil, bem como de instituições supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

5.4 - Riscos da actividade bancária

A dotação de capital constitui uma medida importante para que os bancos possam fazer face a perdas potenciais que resultem do exercício da sua actividade, entre as quais se destacam o risco de crédito. O nível do rácio de solvabilidade constitui o indicador da dotação de capital. Neste capítulo serão analisados o grau de adequação do capital da banca em Cabo Verde bem como os principais riscos com que se defronta a actividade bancária nacional.

5.4.1 - Adequação de Fundos Próprios e Solvabilidade

Em finais de 2010 os Fundos Próprios situavam-se em 12,2 milhões de contos e registaram um aumento face a 2008 de aproximadamente 3,5 milhões de contos, ou seja, uma variação de 39,4%. Esta progressão deriva da entrada em funcionamento de novos bancos bem como do reforço de capital de alguns bancos.

Quadro 16 - Fundos Próprios e Solvabilidade

Milhares de escudos	Dez-09	Dez-10	Var. (%)/(pp)	Peso (%)
	Valor	Valor		
Tier I	8.600.263	11.378.959	32,31	93,24
Tier II	1.131.329	1.009.130	-10,80	8,27
F. Próprios Elegíveis	8.720.984	12.204.316	39,94	-
Total Activo Ponderado	76.497.558	84.624.200	10,62	-
Solvabilidade (escala à direita)	11,40%	15,22%	3,82 pp	
Tier I/A. Ponderado	11,24%	14,16%	2,92 pp	

Fonte: Banco de Cabo Verde

O peso do TIER I no capital é de 93,2%, enquanto capital de primeira qualidade. Os restantes 8,2% constituem o TIER II. O aumento dos Fundos Próprios ocorreu quase na totalidade ao nível do TIER I.

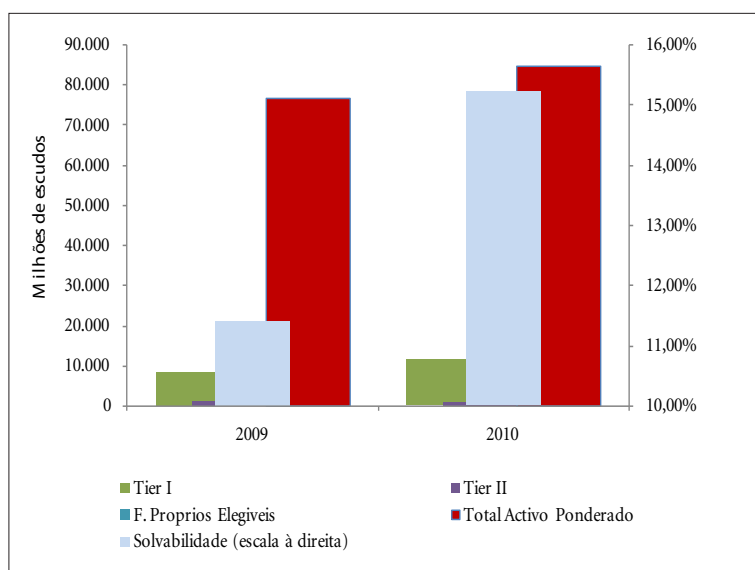
Quadro 17 - Vectores de risco

Milhares de escudos	Dez-09		Dez-10	
	Valor	% dos ApR	Valor	% dos ApR
Activos ponderados pelo risco de crédito				
- VAPRC	65.646.729	86,37	65.646.728	87,60
Activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio				
- VAPRTC	827.118	1,09	204.664	0,27
Activos ponderados pelo risco operacional				
- VEAPRO	9.533.285	12,54	9.086.422	12,13
Total Activo Ponderado (ApR)	76.007.132	-	74.937.814	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crescimento dos Fundos próprios superou em 3 vezes o incremento dos activos ponderados pelo risco, ou seja, o acréscimo de Fundos Próprios superou largamente a exposição dos bancos aos riscos derivados da expansão da sua actividade.

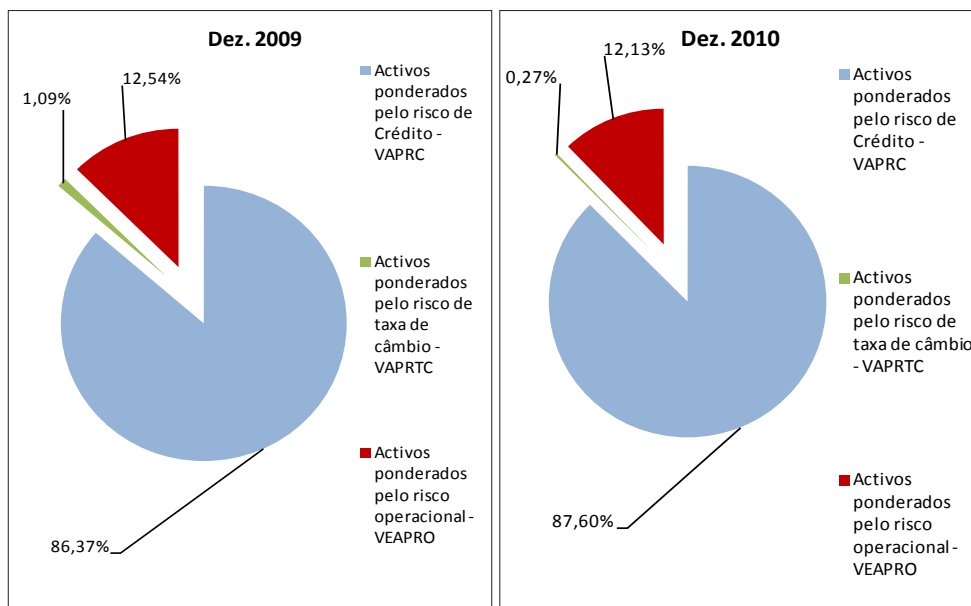
Gráfico 9 - Evolução do TIER I, TIER II e FP



Fonte: Banco de Cabo Verde

Consequentemente, os rácios TIER I/ Activo ponderado bem como o Rácio de Solvabilidade aumentaram em 3,82 p.p., fixando-se nos 15,22%, contra os 10% regulamentares.

Gráfico 10 - Variação dos activos ponderados pelo Risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

Caixa 5.2

Basileia III e seu impacto em Cabo Verde

1. Basileia III – Fortalecimento da estrutura de capital global

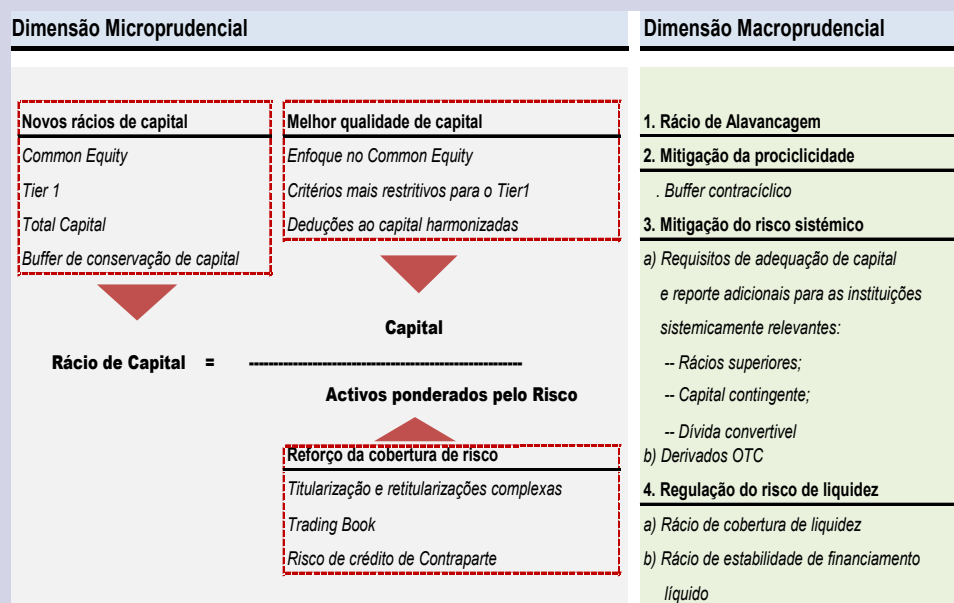
Após um primeiro pacote de medidas implementado em Julho de 2009, em 17 de Dezembro do mesmo ano, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia produziu e publicou dois documentos de consulta:

1. *“Strengthening the Resilience of the Banking Sector”* e;
2. *“International Framework for Liquidity Risk Measurement, Standards and Monitoring”*,

onde apresenta um conjunto de propostas destinadas a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez. Estes dois documentos configuram aquilo que hoje é apelidado genericamente por “Acordos de Basileia III”. Nestes documentos constam as principais alterações ao enquadramento regulamentar internacional, nomeadamente:

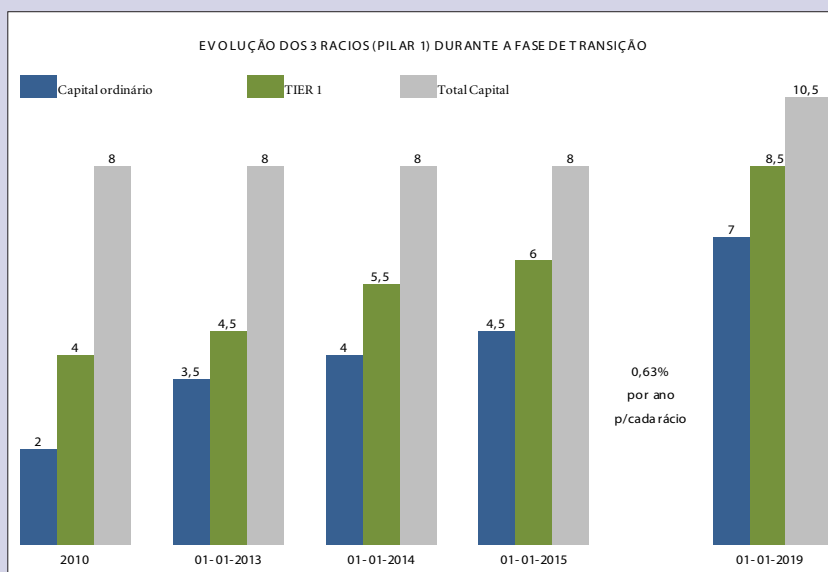
1. Reforço da qualidade do capital e a melhoria de cobertura do risco;
2. Imposição de limites ao rácio de alavancagem;
3. Introdução de *buffers* de capital de conservação e a redução da pró-ciclicidade;
4. Regulação do risco de liquidez;
5. Tratamento de instituições financeiras com relevância sistémica.

O efeito de Basileia III assume duas dimensões distintas:



Basileia III pretende pois introduzir um novo Conceito de “Common Equity”, a harmonização dos capitais, o reforço da qualidade de Tier I e Tier II, a eliminação do Tier III, e o enfoque no capital de alta qualidade (4,5% Common Equity/Risk Weighted Assets e 6% Tier Capital/Risk Weighted Assets).

O reforço de capitais será paulatino, prevendo-se fases transitórias de evolução dos rácios de capital.



Estão previstas em Basileia III importantes e substanciais deduções face a Basileia II, de forma a conferir ao capital regulamentar maior qualidade de permanência e de absorção de perdas.

BASILEIA 2 - DEDUÇÕES	BASILEIA 3 - DEDUÇÕES
Do TIER 2 50%	Do TIER 2 Não existem deduções
DO TIER 1 50%	DO TIER 1 Não existem deduções
COMMON EQUITY	COMMON EQUITY
<i>Goodwill</i> e activos intangíveis	Deduções de 85% a) Investimentos em instituições financeiras não consolidadas b) MSF c) Activos por impostos diferidos
	Deduções de 100% a) <i>Goodwill</i> e activos intangíveis b) Prémios de emissões / Acções próprias c) Responsabilidades com fundos de pensões d) Ganhos e perdas não realizadas em investimentos

Como reforço da cobertura de risco, Basileia III prevê o reforço de Requisitos de Capital para posições de titularizações, para os derivados de recompra e o financiamento de valores mobiliários, bem como para exposições de grandes instituições financeiras.

Basileia III impõe a constituição de *buffer* de capital contra-cíclico em tempos de prosperidade e sua utilização em tempo de crise assim como a constituição de *buffer* de conservação de capital (quanto menor o *buffer* maiores as restrições de distribuição de dividendos).

Dada a excessiva alavancagem não capturada pelo rácio de activos ponderados pelo risco verificada sobretudo durante a crise financeira de 2008, Basileia III vem propor a introdução de rácio de alavancagem.

Durante a crise financeira a interligação de grandes empresas financeiras conduziu à deterioração em conjunto da sua qualidade de crédito, pelo que Basileia III advoga a manutenção de mais capital para grandes exposições (acima de 100 mil milhões de USD em activos), face a grandes empresas financeiras regulamentadas e a outras entidades alavancadas não reguladas.

A cobertura do risco de liquidez deverá em Basileia III obedecer a duas métricas distintas:

- a. A manutenção de activos de alta qualidade para atender a saída líquida de liquidez ao longo de um período de 30 dias, num cenário de *stress* normal (*Liquidity Coverage Ratio - LCR*);
- b. Os bancos devem casar as suas fontes de liquidez disponível com os requisitos exigidos pelos activos num horizonte de 1 ano (*Net Stable Funding Ratio - NSFR*).

2. Impacto de Basileia III sobre os Bancos em Cabo Verde

Analisando as novas propostas de Basileia III concernentes aos requisitos de fundos próprios para o Tier I e Tier II, bem como as deduções previstas, o impacto da introdução de Basileia III em Cabo Verde avalia-se como sendo de efeito reduzido, dada a composição dos Fundos Próprios (maioritariamente constituídos por Tier I), a inexistência de elementos híbridos e posições em derivados nos balanços dos bancos e a ocorrência de poucos elementos a serem deduzidos directamente ao Tier I.

5.4.2 - Risco de Crédito

Em 2010 o crédito constituiu 68% do activo dos bancos e 72,21% do PIB. Os activos ponderados pelo risco de crédito respondem por 85,8% do activo ponderado, o que mostra que o risco de crédito constitui o risco maior do sistema bancário nacional.

O ritmo de crescimento do crédito abrandou face a 2009, seja no segmento Particulares seja no segmento Empresas não financeiras.

Quadro 18 - Crédito à economia em percentagem do PIB e ritmo de crescimento

	Dez-09	Dez-10	Var. pp
Endividamento - Particulares			
Em % do PIB	37,5%	38,6%	1,0
Taxa de variação anual	14,1%	10,2%	-3,9
Endividamento - Empresas não Financeiras			
Em % do PIB	31,7%	32,1%	0,4
Taxa de variação anual	9,8%	8,6%	-1,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito destinado a Particulares, embora com crescimento de 10,2%, acusou abrandamento mais acentuado do que o crédito a Empresas não financeiras.

Quadro 19 - Crédito a Particulares

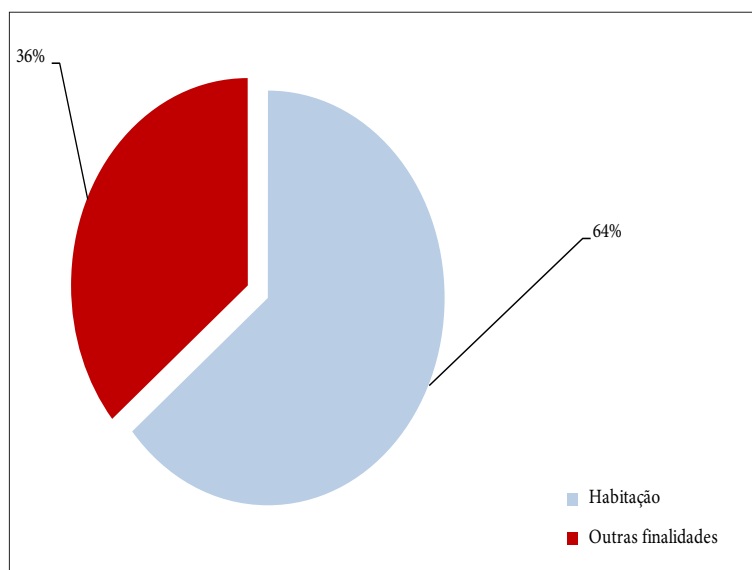
	Dez-09	Dez-10	Variação
Milhares de escudos	Valor	Valor	%
Habitação	27.387.638	30.537.837	11,50
Outras finalidades	16.009.001	17.263.703	7,84
	%	%	p.p.
Habitação	63,11	63,88	0,01
Outras finalidades	36,89	36,12	-0,01
Em % do PIB	37,5	38,6	0,01
Taxa de variação anual	14,1	10,2	-0,04

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os empréstimos à habitação (63,88% do total do crédito a Particulares) constituem a maior parcela do crédito à economia.

O crédito bancário a particulares, que na sua componente “Outras finalidades”, destina-se ao consumo de bens duradouros, registou uma quebra, embora ligeira do crescimento, em conformidade com a evolução mais favorável do consumo privado em 2010.

Gráfico 11 - Repartição do crédito a Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde

No crédito a Empresas não Financeiras, verifica-se a predominância dos “Sectores do Comércio, Restauração e Hotéis” e “Serviços Sociais e Pessoais”, que juntos representam perto de metade de todo o crédito a Empresas não Financeiras.

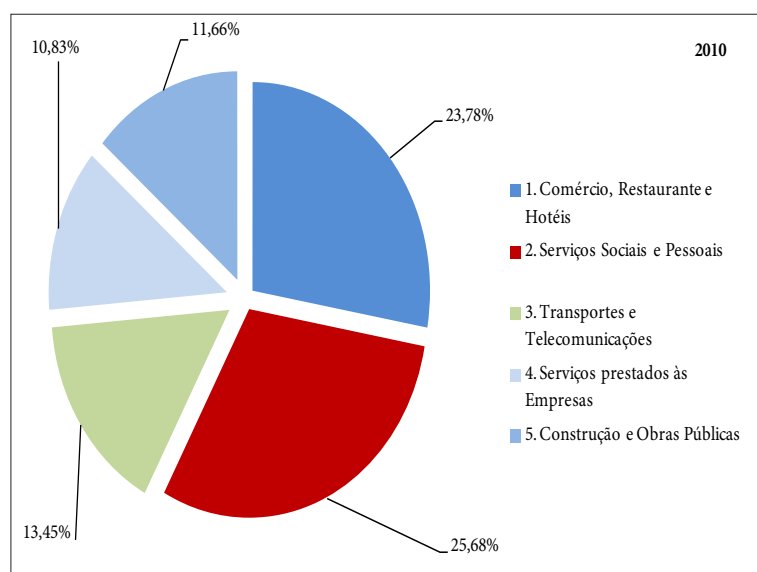
Quadro 20 - Crédito a Empresas não Financeiras

	Dez-09	Dez-10	Variação
	Valor	Valor	P.P.
1. Comércio, Restaurante e Hotéis	23,50%	23,78%	0,29
2. Serviços Sociais e Pessoais	23,21%	25,68%	2,47
3. Transportes e Telecomunicações	12,13%	13,45%	1,33
4. Serviços prestados às Empresas	13,76%	10,83%	-2,93
5. Construção e Obras Públicas	10,15%	11,66%	1,52

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito aos sectores da Construção e Obras Públicas, Comércio, Restauração e Hotéis registou variações acima de 20%, indiciando a revitalização desses sectores, mas representando igualmente um risco de exposição cada vez maior da banca a esses sectores económicos.

Gráfico 12 - Repartição do crédito a Empresas não Financeiras



Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito vencido somou 2,7 milhões de contos. O peso do crédito em incumprimento no crédito total – indicador da qualidade da carteira - calculado de acordo com a Circular nº 150 de 28/12/2009, estabilizou-se em torno de 4%, contra os 3,87% de 2009, o que indicia o não agravamento da carteira.

Quadro 21 - Qualidade da carteira de Crédito (Circular nº 150 de 28/12/2009)

	Dez-09	Dez-10	Var. (%)/(pp)
	Valor	Valor	
Credito e juros vencidos (em CVE)	3.164.822.115	3.678.401.674	16,23%
Rácios			
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	3,87%	4,03%	0,16 pp
Crédito e juros venc. há + de 90 dias até 180 dias / CT	0,80%	0,43%	-0,37 pp
Créd. e juros venc. há + de 180 dias mas não > a 1 ano/CT	0,84%	1,11%	0,27 pp
Créd. e juros venc. há + de 1 ano mas não > a 3 anos/CT	1,53%	1,86%	0,33 pp
Crédito e juros vencidos há + de 3 anos /CT	0,70%	0,62%	-0,08 pp
Crédito vencido líquido /CT	-1,68%	-1,79%	0,14 pp
Provisões(a) / Crédito Vencido	141,91%	143,91%	-11,84 pp

(a) - não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

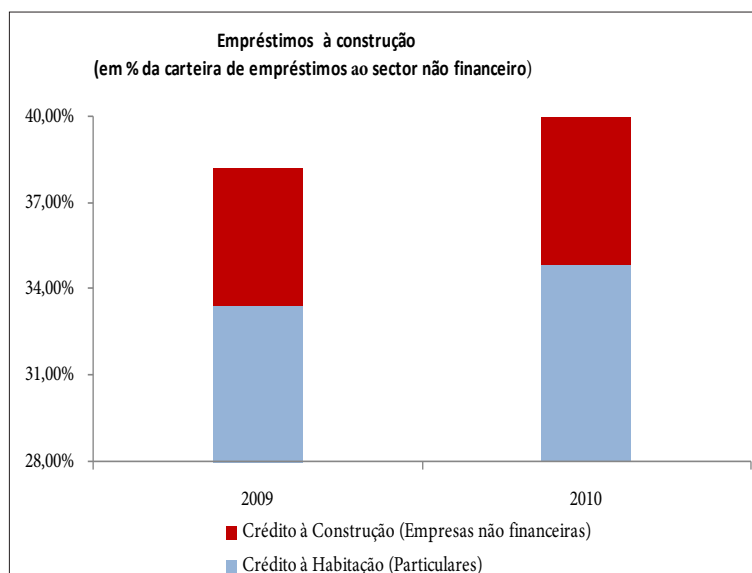
Fonte: Bancos comerciais e cálculos do BCV

Registou-se em 2010 a manutenção das provisões específicas para crédito em patamares acima dos mínimos regulamentares estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde. O nível de provisões constituídas aumentou em 18,2 p.p., cobrindo em 144,5% o crédito vencido (+1 p.p.).

Continua a observar-se contudo em termos estruturais, a concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos nos sectores e nas actividades

relacionadas com o sector imobiliário (40,18%), representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 34,88% e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção e das actividades imobiliárias, cerca de 5,30% do total.

Gráfico 13 - Exposição da banca ao sector imobiliário



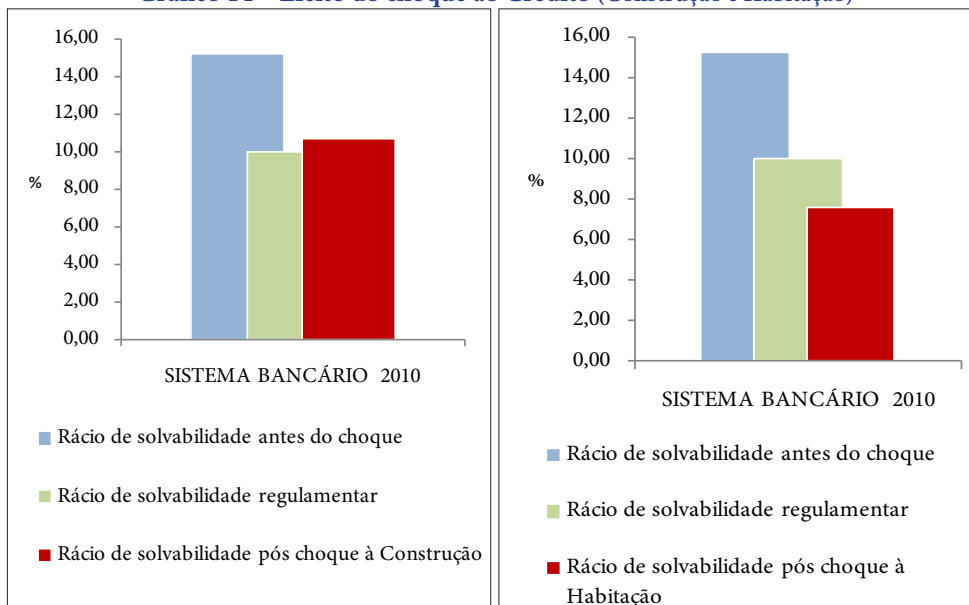
Fonte: Banco de Cabo Verde

A concentração do crédito às sociedades não financeiras manifesta-se em exposições de montantes elevados, em níveis superiores a 10% dos Fundos Próprios – nível considerado de grande risco. No entanto, observa-se uma grande disparidade entre as instituições. Para além do risco de concentração, face a um limite, continua a verificar-se um elevado nível de endividamento das instituições perante vários devedores simultaneamente, muitas vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema.

Em termos globais, embora se verifiquem melhorias ao nível da gestão do risco de crédito nas instituições, permanecem ainda sérios riscos e preocupações, concernentes sobretudo à concentração da carteira de crédito por sectores económicos e por número de contrapartes, que em caso de incumprimento, poderão potencialmente comprometer a estabilidade do sistema financeiro.

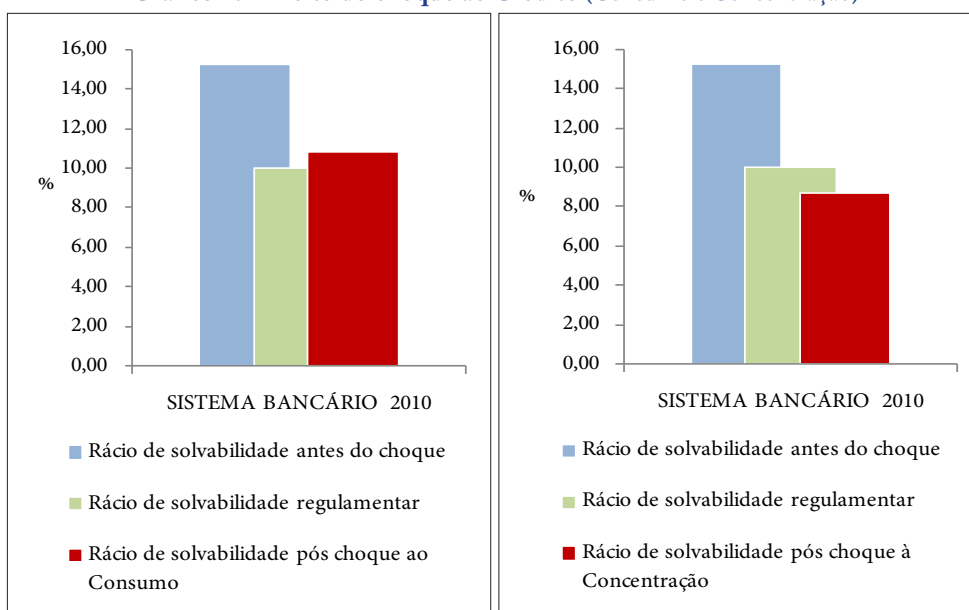
O risco de crédito constitui, pois, o risco principal do sistema bancário nacional. Os resultados dos testes de *stress* ainda que atestem a boa capacidade de resiliência do sistema financeiro face ao risco de crédito em alguns sectores, mostram igualmente a existência de um potencial elevado de perdas nos créditos destinados à construção e ao consumo, bem como derivado da concentração face a um número reduzido de contrapartes.

Gráfico 14 - Efeito do choque ao Crédito (Construção e Habitação)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 15 - Efeito do choque ao Crédito (Consumo e Concentração)



Fonte: Banco de Cabo Verde

5.4.3 - Risco de mercado

5.4.3.1 - Risco de taxa de juro

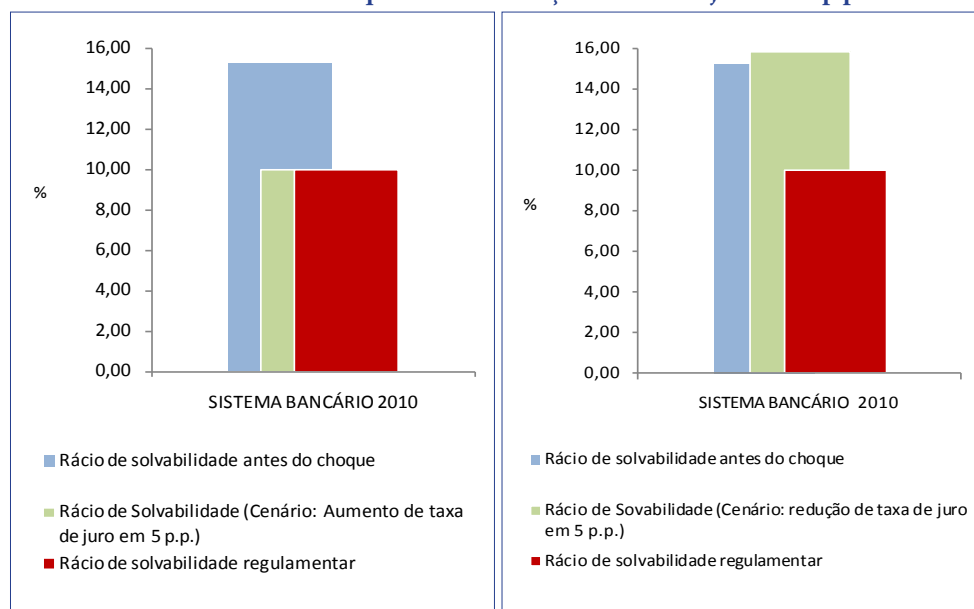
As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se ao longo de 2010 relativamente estáveis, apesar da diminuição da *policy rate* do BCV no início do ano. Com efeito, a volatilidade dos juros de crédito e depósitos, medida pelo desvio padrão, manteve-se inferior a 0,1% para todas as maturidades.

A taxa de colocação dos TIM situou-se em média nos 4,39%, apresentando uma volatilidade na ordem de 7,81%. A taxa de colocação dos TRM manteve-se estável em 4,25% durante todo o ano. Nos títulos de dívida pública (BT) verificou-se que as taxas de colocação situaram-se no intervalo entre 3,65% e 4,94%.

Os resultados dos testes de *stress* relativos ao choque de taxa de juro, realizados com dados de Dezembro de 2010, mostram, por um lado, que o sector bancário beneficiaria de uma descida generalizada das taxas de juros, no prazo de um ano, dada a composição da carteira bancária no prazo de 1 ano, onde predominam os passivos sensíveis face aos activos sensíveis.

Atestam por outro, a boa capacidade de resiliência do sistema face a eventuais descidas de taxa de juro, visto a redução nos Fundos Próprios na sequência do choque eventual não induzir o rácio para níveis médios abaixo do regulamentar.

Gráfico 16 – Choque de uma variação da taxa de juro em 5 p.p.



Fonte: Banco de Cabo Verde

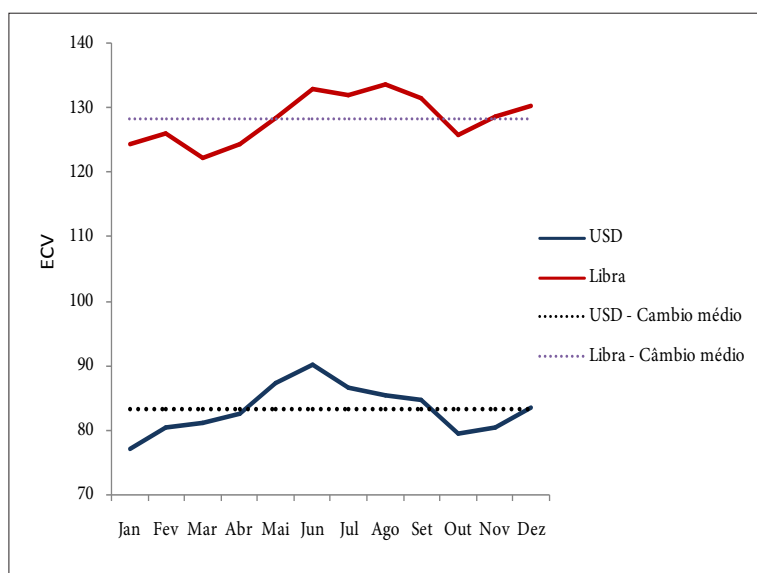
5.4.3.2 - Risco de taxa de câmbio

O grau de exposição cambial do balanço dos bancos é relativamente baixo, por um lado, e por outro, dado o regime de câmbios fixos face ao euro, o risco

de perdas associadas a oscilações na taxa de câmbio fica fortemente dependente da estabilidade de outras moedas, designadamente do dólar, relativamente à moeda única europeia.

O câmbio do dólar norte-americano face à moeda nacional apresentou-se estável ao longo do ano e com um coeficiente de variação inferior a 5%. Face à libra esterlina o escudo cabo-verdiano manteve-se igualmente estável.

Gráfico 17 - Evolução cambial ECV face USD e Libra



Fonte: Banco de Cabo Verde

O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava em Dezembro de 2010 um valor inferior a 2% do total dos activos ponderados pelos riscos, nível de risco considerado baixo, exigindo consequentemente, requisitos mínimos de Fundos Próprios.

Relativamente ao risco da taxa de câmbio, de acordo com dados reportados para os testes de *stress*, o sistema bancário detinha a 31 de Dezembro de 2010 uma posição líquida externa positiva em moeda estrangeira, representando em média 4,8% dos Fundos Próprios, o que significa uma exposição moderada ao risco.

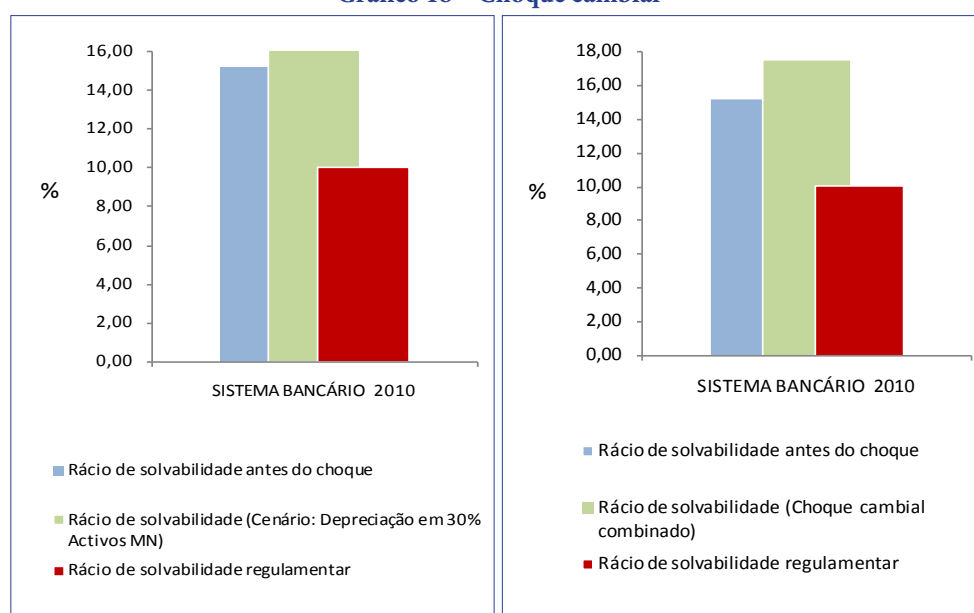
Quadro 22 - Posição cambial a 31/12/2010

	Milhões de CVE		
	2009	2010	Var. (%)/(pp)
Posição aberta líquida	841	588,5	-30,05%
Posição aberta em Euro	37	53	43,24%
Posição aberta em USD	602	377	-37,38%
Posição aberta em GBP	38	20,5	-46,48%
Posição aberta em outras moedas	164	138	-15,85%
Posição cambial líquida global em % dos FP	9,65%	4,82%	-4,82

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos testes de *stress* mostram ainda um aumento do rácio de capital decorrente de uma hipotética desvalorização da moeda nacional em 30%, face a todas as outras moedas estrangeiras. O sistema apresentava-se muito resiliente face a um eventual choque cambial, resultado que deriva da posição externa líquida positiva. A maioria dos bancos assinalaria ganhos de capital e veria o seu rácio de capital elevar-se. O rácio de solvabilidade do sistema passaria de 15,22% para 17,5%.

Gráfico 18 – Choque cambial



Fonte: Banco de Cabo Verde

Em caso de um choque combinado – desvalorização da moeda nacional, acompanhada simultaneamente de perdas ao nível da carteira de empréstimos em moeda estrangeira, a um nível de incumprimento de 10% – a diferença, face ao risco cambial isolado não é significativa, dada a pouca expressão do crédito em moeda estrangeira na carteira dos bancos.

5.4.4 - Risco de liquidez

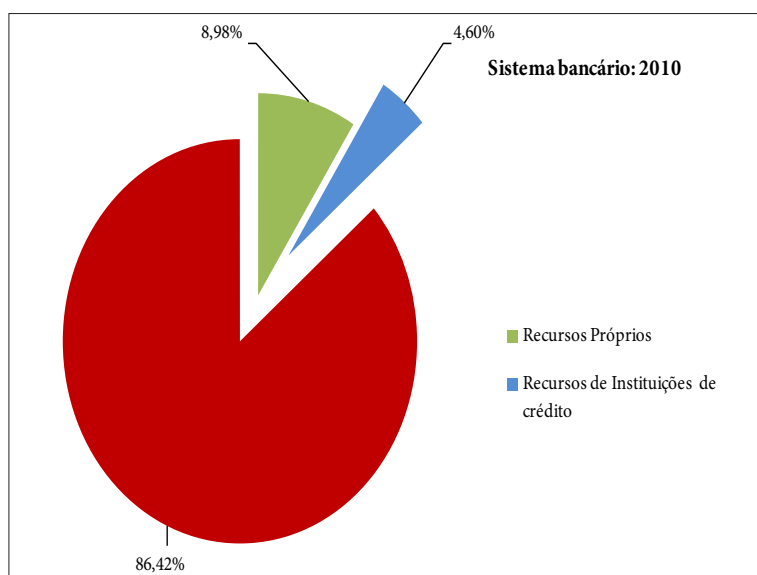
O rácio Activos Líquidos² / Total do Activo fixou-se em 12,48%, contra os 16,44% registados em 2009, isto é, reduziu-se em 3,96 pp. O rácio Activos Líquidos/Exigível a curto prazo³ experimentou igualmente uma redução apreciável, passando de 49,25% em 2009 para 37,39% em 2010, indiciando uma redução de activos líquidos disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas.

Os recursos captados junto de clientes constituem o principal recurso de financiamento dos bancos em Cabo Verde, para além de representarem uma fonte estável.

² Activos líquidos incluem Caixa, Disponibilidades e Títulos e outros valores mobiliários de elevada liquidez.

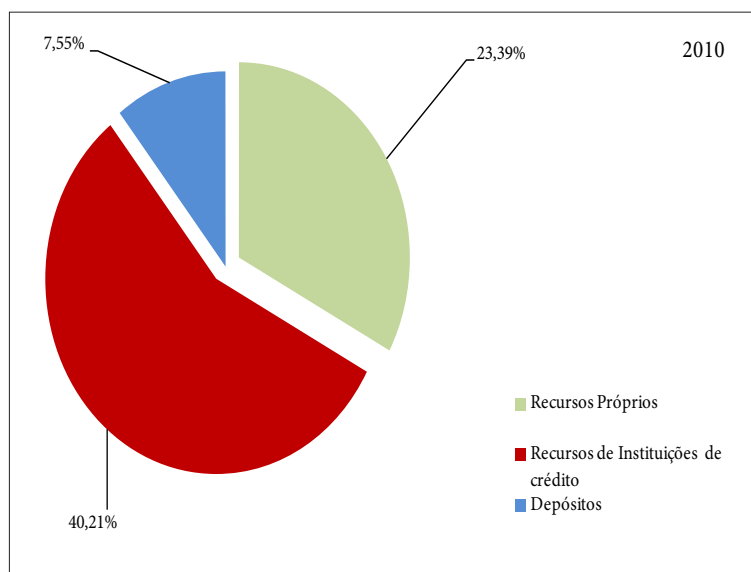
³ Exigível de curto prazo inclui os depósitos a ordem.

Gráfico 19 - Fontes de financiamento do sistema bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os depósitos registaram em 2010 um crescimento sensível de 6,35%, face ao ano anterior, o que veio reforçar a situação de liquidez das instituições.

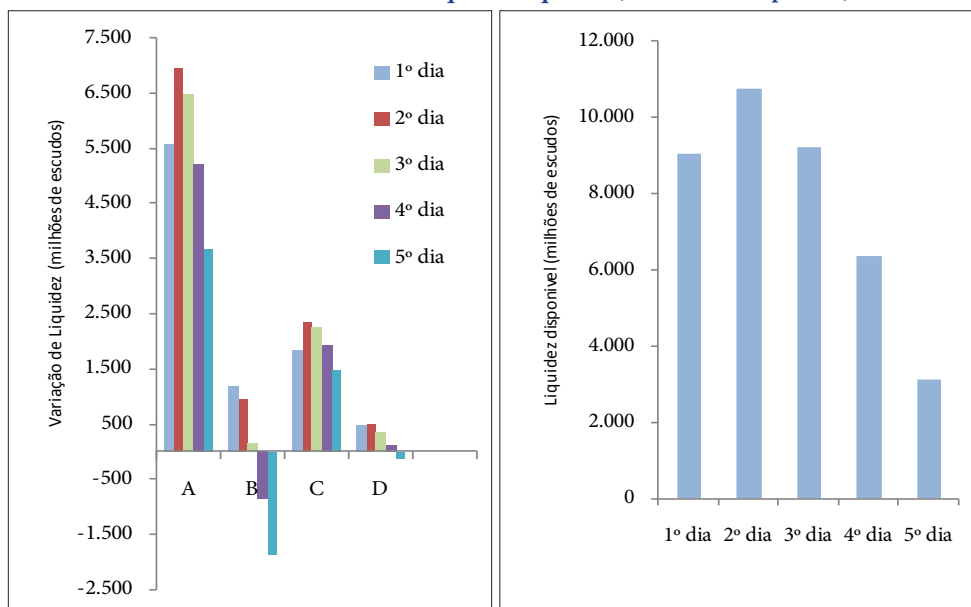
Gráfico 20 - Contributo dos fluxos de financiamento para a variação de crédito aos clientes

Fonte: Banco de Cabo Verde

O rácio Crédito/Depósitos fixou-se em 79,17%, contra 75,50% de 2009. O rácio, embora crescente, indicia ainda haver margem suficiente de liquidez disponível. Importa realçar todavia que uma análise mais detalhada de liquidez pressupõe o cálculo de *gaps* de liquidez por prazos. O BCV já aprovou um novo aviso para regulamentar o risco de liquidez. Este regulamento vai exigir às instituições de crédito a melhor gestão do risco de liquidez e permitir à supervisão o melhor acompanhamento do mesmo.

Os testes de *stress* relativamente à liquidez confirmam, regra geral, a boa capacidade de resiliência dos bancos em relação a uma eventual corrida aos depósitos pelo menos durante 3 dias consecutivos, mesmo em condições de liquidez bastante restritivas.

Gráfico 21 - Efeitos do Choque de liquidez (Corrida aos depósitos)



Fonte: Banco de Cabo Verde

5.4.5 - Risco operacional

O risco operacional, medido pelo valor dos activos ponderados pelo risco operacional, aponta para uma redução do risco, o que indicia uma melhoria face ao ano anterior.

Quadro 23 - Risco operacional em função do risco total

	Dez-09	Dez-10	Variação
	Valor	Valor	Valor
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	12,54%	12,13%	-0,42

Fonte: Banco de Cabo Verde

A boa gestão do risco operacional exige o contínuo acompanhamento dos riscos abrangentes a todo o sistema informacional e suas acções subsequentes. As instituições deverão proceder à crescente melhoria do sistema, no que tange à gestão do risco operacional, o que passa pelo mapeamento rigoroso de todas as actividades e fontes de risco operacional e pela quantificação de perdas potenciais, bem como pela agregação estatística de todos os casos ocorridos de erros, fraudes, falhas nos sistemas, etc., e a devida contabilização de perdas decorrentes desses incidentes.

5.4 - Resultados dos testes de stress de Dezembro de 2010

Foram realizados testes de *stress* com base nos dados de Dezembro de 2010 e que permitiram identificar os principais riscos e vulnerabilidades do sistema bancário, face a eventuais choques de crédito, de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

O risco de crédito constitui o maior risco do sistema bancário. Os bancos apresentam-se particularmente vulneráveis aos sectores da construção, do turismo e da habitação, sendo portanto o risco transversal a todo o sistema bancário. Os resultados dos testes comprovam contudo boa capacidade de resiliência face aos choques.

Quadro 24 - Quadro-resumo dos resultados dos testes de stress

Sistema bancário 2010		
Rácio de adequação de capital (%) - Cenário-base	15,22	
Adequação de capital após choques	Nível	Varição p.p.
A - Risco de crédito		
Choque genérico à carteira - NPL de 25%	10,6	-4,6
Choques sectoriais		
Construção (NPL de 25%)	10,7	-4,5
Habitação (NPL de 25%)	7,6	-7,6
Consumo (NPL de 25%)	10,8	-4,4
Construção (NPL de 25%) + Turismo (NPL de 20%)	10,1	-5,1
Risco de concentração		
Falência do maior devedor	8,7	-6,5
Falência dos 2 maiores devedores	6,3	-8,9
Falência dos 5 maiores devedores	1,1	-14,1
B - Risco de taxa de câmbio		
Directo - Depreciação MN em 30% face a todas as ME	17,5	2,3
Combinado - Depreciação MN em 30% + NPL de 10% nos empréstimos em ME	17,5	2,3
C - Risco de taxa de juro		
Aumento das taxas de juro em 500 pontos base	10,0	-5,2
Redução das taxas de juro em 500 pontos base	15,8	0,6
NPL: Incumprimento; MN: moeda nacional; ME: moeda estrangeira		

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os testes indicaram que os bancos se expõem de modo significativo ao risco de concentração face aos maiores devedores e cumulativamente ao sector imobiliário-turístico. Como característica adicional de risco realça-se a exposição em montantes elevados em relação aos principais devedores.

É de se realçar a exposição das instituições em montantes elevados em relação aos principais devedores. No caso de falência do maior devedor, o rácio de solvabilidade dos bancos do sistema, na sua maioria, se fixaria em níveis inferiores ao regulamentar, requerendo necessariamente a sua imediata capitalização. Considerando os cinco maiores devedores, todos os bancos do sistema veriam o seu rácio de solvabilidade aproximar-se da insolvência. O risco de concentração apresenta-se como um dos riscos maiores do sistema bancário, seja na exposição face a determinados sectores, seja face a um número reduzido de contrapartes, seja relativamente aos montantes, considerados elevados.

Os testes evidenciaram que os bancos são particularmente resilientes ao choque na taxa de câmbio, ficando favorecidos no caso de uma hipotética desvalorização da moeda nacional face às principais divisas, facto que se deve à posição cambial líquida positiva.

Considerando os activos e passivos sensíveis à taxa de juro, pelo prazo de 1 ano, as instituições mostram-se igualmente resilientes ao choque de redução da taxa de juro. Um hipotético aumento da taxa de juro beneficiaria as instituições, resultando num impacto positivo sobre a margem financeira bem como sobre o património líquido, dada a composição do balanço em activos sensíveis à taxa de juro.

Os testes demonstraram igualmente que, face a uma crise de liquidez, os bancos, regra geral, demonstram boa capacidade de resistência face a uma hipotética crise bancária que despoletasse uma corrida desenfreada aos depósitos, seja em moeda nacional, seja em moeda estrangeira, por um período de 5 dias consecutivos.

Os resultados dos testes de *stress*, regra geral, atestam reforço da estabilidade financeira das instituições em 2010, mas alertam igualmente para a existência de elevados riscos de crédito, face sobretudo ao sector imobiliário. Os resultados mostram que o risco no sector bancário se distribui de forma diferenciada, sendo umas instituições face a determinados sectores mais expostas que outras, ainda que a maioria dos riscos se distribua de forma transversal por todo o sistema.

Caixa 5.3

Z-Score: indicador de solidez e estabilidade financeira

São vários os autores e as investigações acerca dos factores que afectam a estabilidade financeira. Uma das medidas amplamente reconhecida para avaliação da saúde financeira das instituições bancárias é o conhecido *Z-Score*. A sua atractividade reside na sua ligação estreita com a probabilidade de falência de uma instituição, isto é, a probabilidade que o valor dos activos seja insuficiente para garantir o reembolso do passivo contratado.

Esse indicador é definido pela composição de rentabilidade e capitalização ponderada pelo risco. A variável *Z-Score* é definida por:

$$Z\text{-Score} = (\text{ROA} + K) / \text{DP}(\text{ROA}),$$

em que ROA representa o retorno do activo; K é a razão entre capital e activo; e DP(ROA) é o desvio padrão do retorno do activo nos últimos cinco anos.

Perante a ausência total de cotações bolsistas ou para a maioria dos activos, o *Z-Score* representa um indicador apropriado para avaliar a solidez financeira do sector bancário no seu todo ou dos bancos de forma individual. Naturalmente que a análise deve ser sempre complementada por recurso a outros indicadores tais como os índices de vulnerabilidade, os rácios micro e macro-prudenciais ou ainda através de simulação de choques económicos ou financeiros sobre a actividade bancária, isto é, no quadro dos testes de *stress*.

O *Z-Score* representa uma aproximação dum indicador da distância até à insolvência de uma instituição. Quanto maior o valor do *Z-Score*, menor o risco de falência de uma instituição e portanto, maior a sua solidez e estabilidade.

Uma vez calculados os resultados do *Z-Score*, as probabilidades teóricas de falência relativas a cada período são estimadas através da seguinte fórmula:

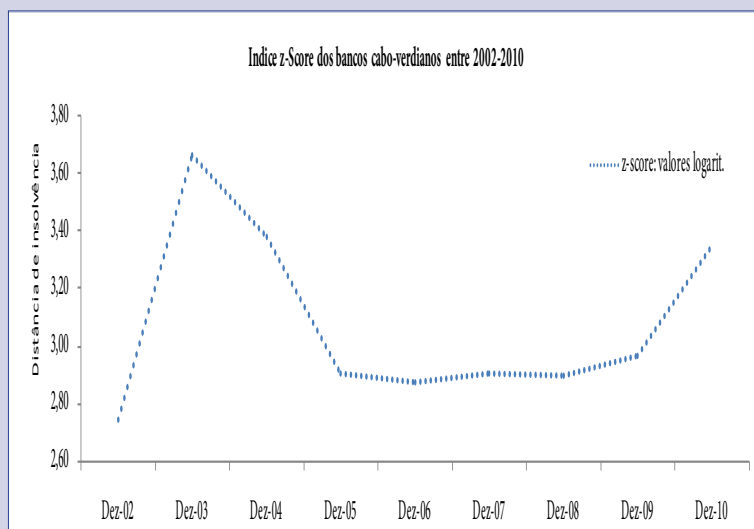
$$\text{PoD}(t) \text{ (Distância até à falência)} = N(-zt),$$

onde (N) é a função de repartição de uma variável normal centrada e reduzida.

Com base nos dados agregados do sector bancário, foram calculados os índices *Z-Score*, relativos ao período entre 2002 e 2010. Para efeitos de cálculo, foi considerado o valor do activo de um ano, como a média aritmética dos valores do activo no início e no final do ano. Os valores encontrados para o *Z-Score* foram em seguida logaritizados.

	Dez-02	Dez-03	Dez-04	Dez-05	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Dez-10
<i>z-Score</i>	15,49	38,82	29,38	18,30	17,62	18,28	18,14	19,45	28,48
<i>z-score</i> : valores logarit.	2,74	3,66	3,38	2,91	2,87	2,91	2,90	2,97	3,35

A representação gráfica é a seguinte:



O índice vem crescendo continuamente desde 2008, o que indicia o reforço da estabilidade e solidez do sistema bancário desde então. Particularmente para o ano 2010, o crescimento acelerado do índice face ao ano anterior permite concluir que o sistema bancário no seu todo experimentou uma consolidação substancial da sua saúde financeira, ou seja, o sistema evidenciou uma capacidade apreciável de absorção de perdas face a choques severos ou de natureza sistémica.

A conjugação dos valores do índice para o ano 2010, com os outros indicadores bancários de rendibilidade e risco, bem como com os resultados parciais dos testes de *stress*, permitem concluir que o sistema bancário em 2010 deu passos significativos no reforço da sua capacidade de solvência, de solidez e estabilidade financeira. Não obstante esta evolução positiva, convém todavia igualmente realçar, que os mesmos testes de *stress* alertam para o risco de perdas potenciais significativas na carteira de crédito, dada a existência de uma elevada exposição da carteira ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes, facto que pode constituir uma ameaça à estabilidade do sistema financeiro nacional.

Capítulo 6

OUTROS ACTORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Capítulo 6 - Outros Actores do Sistema Financeiro Nacional

Para além do sector bancário (e parabancário) e segurador, fazem também parte do sistema financeiro nacional as instituições micro-financeiras e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Tendo em conta a crescente dinâmica na actividade das micro-finanças e considerando que a sua supervisão está a cargo do BCV, encontra-se em curso o desenvolvimento do processo do seu respectivo enquadramento.

Em relação ao INPS, trata-se de uma instituição financeira cuja supervisão ainda se encontra fora da responsabilidade do BCV. A área de pensões da instituição significa uma carteira de activos, com um peso que representa perto de 10% do total de activos do sistema financeiro e cujo impacto sobre os sectores monetário e financeiro é significativo. Assim, em linha com uma recomendação do Relatório FSAP, justifica-se o equacionamento da questão da supervisão dessa entidade.

6.1 - Sector segurador

Em 2010, a actividade seguradora cresceu 4,1%, mais 1,2 pp que o registado em 2009. O peso da actividade seguradora no produto interno bruto aumentou de 1,52% em 2009 para 1,57% em 2010, valores que, ainda, reflectem um fraco grau de penetração da actividade seguradora na economia. O resultado líquido do exercício atingiu 262,4 milhões de escudos, valor superior ao registado no ano anterior.

Em termos prudenciais verifica-se que as provisões técnicas atingiram 83,7% dos prémios emitidos, contra 81,4% do exercício anterior. Os activos passíveis de representação das provisões técnicas superaram as responsabilidades assumidas em 995,7 milhões de escudos, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 155%.

Em 2010, os capitais próprios elegíveis asseguraram a cobertura da margem de solvência em 298%, valor superior ao registado no ano anterior em 28 pontos percentuais, o que revela o bom desempenho do sector nesse exercício.

Quadro 25 - Rácio de solvência

	2008	2009	2010
1. Elementos constitutivos da Margem	1185,2	1413,1	1574
2. Montante da Margem a constituir	592,3	524,2	528
3. Rácio de Solvência (1/2)	200,10%	269,57%	298,11%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Assim, os indicadores referentes às Garantias Financeiras - o Grau de Cobertura de Provisões Técnicas e a Margem de Solvência - foram bastante superiores ao limite mínimo, o que garante ao sector de seguros maior capacidade de resistência a choques e de resposta aos compromissos futuros.

6.2 - Mercado de Capitais

Em 2010, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV) movimentou no mercado primário um volume global de procura na ordem dos 4.124,5 milhões de escudos, contra um total de oferta de 3.582,7 milhões de escudos.

A grande adesão ao mercado primário registada no ano 2010 demonstra uma capacidade crescente de apetência a produtos com maior risco e complexidade, como é o caso das obrigações municipais. Até finais de 2010 foram realizadas seis ofertas públicas de subscrição (OPS), o que realça a crescente importância do mercado de capitais no financiamento da economia.

Quadro 26 - Total de emissões – Bolsa de Valores de Cabo Verde 2010

Descrição	Em milhões de escudos	
	Oferta	Procura
Oferta Pública Tecnical Imobiliária	1.102.650	1.102.650
Oferta Pública Subs. IFH (2ª fase)	330.000	330.000
Oferta Pública Municipio da Praia	450.000	450.000
Oferta Pública Municipio do Sal	200.000	200.000
Oferta Pública BAI	1.000.000	1.064.495
Oferta Pública BCA	500.000	977.390
Total	3.582.650	4.124.535

Fonte: Bolsa de Calores de Cabo Verde

Do volume global dos títulos de dívida emitidos, 30% diziam respeito às sociedades privadas não financeiras e 42% às sociedades financeiras. Os restantes 28% foram colocados pelo sector público administrativo (institutos públicos e câmaras municipais).

Quadro 27 - Capitalização Bolsista

Ano	CB (milhões de contos)	Dividend yield	Varição da CB	CB / PIB
2006	6,5	5%	-	7%
2007	18,9	6%	190,8%	18%
2008	18,2	8%	-3,7%	16%
2009	20,7	nd	13,7%	20%
2010	24,8	nd	20,0%	20%

CB - Capitalização bolsista; PIB - Produto Interno Bruto

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde

As primeiras operações no país por parte de autarquias municipais evidenciam a propensão do mercado para acolher produtos com elementos de risco marcadamente diferentes dos registados até agora. Refira-se ainda algumas operações ocorridas em anos anteriores mas cujos investimentos e/ou sectores de actividade actualmente enfrentam incertezas e constrangimentos diversos, como são os casos da actividade imobiliária, da produção e distribuição de água e energia e do transporte marítimo inter-ilhas.

As características destas operações, aliadas à conjuntura interna e internacional menos favorável, representam riscos acrescidos directamente para o mercado, indirectamente para o sector bancário e, de forma explícita e implícita, para as finanças públicas. Esta situação deve interpelar os diversos *stakeholders* – reguladores, supervisores, emitentes, intermediários financeiros e Tesouro – para a necessidade de reflexão e acção nas suas áreas de responsabilidade visando mitigar tais riscos, permitindo assim que o mercado de valores mobiliários continue a crescer e a contribuir, em moldes sustentáveis, para o financiamento da economia.

Capítulo 7

INFRA-ESTRUTURAS E REGULAÇÃO

Capítulo 7 - Infra-estruturas e Regulação

7.1 - Sistema de pagamentos

O sistema de pagamentos cabo-verdiano tem dado um importante contributo para o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro nacional, muito por força da grande dinâmica cooperativa empreendida pelas suas diferentes instituições e entidades e do processo continuado de reforma e modernização.

Em 2010 manteve-se a tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos escriturais e electrónicos, particularmente cheques e cartões de pagamento, os dois instrumentos mais utilizados pelos cabo-verdianos, bem como pelo aumento do nível de interbancariedade.

Quadro 28 - Variação do número de cartões produzidos e movimentação de fundos

	Dez-09	Dez-10
Cartões Vinti4 produzidos	0,8%	83,4%
Movimentação de Fundos na rede Vint4	8,9%	30,4%
Com cartão internacional	15,4%	-3,2%
Movimento global na câmara de compensações	-12,9%	6,6%

Fonte: Banco de Cabo Verde

O Sistema de Pagamentos cabo-verdiano em 2010 continuou a assegurar o fluxo normal de liquidações de operações, e deste modo contribuindo activamente para a dinâmica e estabilidade do sistema financeiro nacional.

7.2 - Central de Risco de Crédito⁴

Em 2010, O Banco de Cabo Verde concluiu uma importante reforma que visa ampliar e aperfeiçoar o funcionamento da Central de Riscos de Crédito (CRC), destacando para o efeito, a introdução no sistema de novas e importantes funcionalidades, que vão apoiar a supervisão das instituições financeiras no processo de monitorização da estabilidade do sistema financeiro e da compilação estatística.

Hoje, a aplicação dispõe de uma base de dados mais extensa e aperfeiçoada para servir melhor os propósitos da supervisão prudencial, um interface online mais aprimorado na conectividade com os Bancos e um dispositivo na aplicação, que faculta aos bancos aceder a toda informação agregada histórica

⁴ A Central de Risco de Crédito (CRC) é definida como um sistema de informação gerido pelo BCV através dos dados recolhidos junto das instituições bancárias sobre o endividamento das empresas e indivíduos em relação ao sistema financeiro.

dos seus clientes, permitindo desta forma o apoio às instituições de crédito no importante processo de avaliação do risco da concessão de crédito.

Não obstante as melhorias do serviço da Central de Riscos de Crédito, claramente evidenciadas com a introdução da aplicação *on-line*, pode-se deparar que a CRC confronta-se ainda, embora em menor grau, com alguns constrangimentos, que podem enviesar o objectivo do serviço. A melhoria da eficácia deste serviço e da qualidade da informação centralizada requer, por parte dos bancos, que seja assegurada a correcta identificação dos beneficiários de crédito, desafio este que passa pela possibilidade do BCV aceder ao ficheiro da base de dados de identificação fiscal do NOSI.

A par da Central de Riscos de Crédito do BCV, decorre o projecto de criação de uma Central Privada de Informação de Crédito (CPIC) para Cabo Verde, liderado pela Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS), que conta com apoio técnico da Sociedade Financeira Internacional (SFI), entidade do Grupo do Banco Mundial especializada em questões de financiamento ao sector privado. O apoio da SFI é financiado pelo Millennium Challenge Account (MCA). Vários *stakeholders* têm participado no processo, designadamente SISP, bancos comerciais, banco central, operadores comerciais e das micro-finanças. Preconiza-se ainda o envolvimento de representantes dos consumidores, bem como de operadores das *utilities* (água, electricidade e telefone).

O estudo da problemática da CPIC realizado pela SFI em 2009 concluiu pela necessidade e viabilidade de uma entidade do tipo para Cabo Verde. Com base no referido estudo e em outros elementos adicionais relevantes, em Janeiro de 2010 a CCISS decidiu avançar com o projecto, tendo como parceiro estratégico a empresa islandesa CreditInfo, um dos cinco *players* internacionais de referência na matéria, seleccionada mediante concurso internacional⁵.

Decorre neste momento o processo de instalação da CPIC. A entidade gestora será participada em 51% pela CreditInfo, a CCISS entrará com o equivalente a 250 mil dólares e existem compromissos por parte de alguns bancos comerciais em entrar como accionistas.

A participação do sector privado nacional neste processo será um importante complemento aos esforços já desenvolvidos pela Central de Riscos de Crédito na importante missão de servir as Instituições de Crédito no processo de avaliação de riscos.

7.3 - Quadro regulamentar

Durante o exercício do ano de 2010, assistiu-se a iniciativas de regulamentação do sistema financeiro cabo-verdiano.

Relativamente ao sector bancário deu-se início ao processo de reforma e modernização da Lei-Quadro das Instituições Financeiras.

Na área de Seguros tiveram lugar várias iniciativas regulamentares, visando o estabelecimento de princípios de transparência e práticas de “Boa Governação”:

⁵ As responsabilidades do parceiro estratégico cobrem um vasto leque de actividades que conduzem ao objectivo final de ter uma CPIC a funcionar no país, nomeadamente a elaboração do Plano de Negócios, o investimento, desenvolvimento, teste, entrega, operação e gestão da central.

- **Lei nº 53/VII/2010**-Autoriza o Governo a Legislar sobre o Regime Sancionatório aplicável ao Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora -**B.O. I Série nº 9, de 08/03/2010;**
- **Decreto-Legislativo nº3/2010**-Aprova o Regime Jurídico do Acesso à Actividade Seguradora e Resseguradora -**B.O. I Série nº 19, de 17/05/2010;**
- **Aviso nº3/2010, de 28/06**-Introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguros – **B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010;**
- **Aviso nº 4/2010, de 28/06**-Plano de Contas para as Empresas de Seguros com Reporte e Publicação de Informação Contabilística e Demonstrações Financeiras preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) -**B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010;**
- **Aviso nº 5/2010, de 28/06**-Provisões Técnicas - **B.O. I Série nº 24, de 28/06/2010.**

O ano de 2010 ficou igualmente marcado pelo processo de reforma do Código do Mercado de Valores Mobiliários, que após consulta pública junto dos intervenientes do mercado foi submetido à aprovação do Conselho de Ministros.

Com vista à dinamização dos mercados primário e secundário da dívida pública, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) trabalhou em colaboração com a BVCV e o Ministério das Finanças na legislação concernente aos Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

Foi publicado, ainda em 2010, o regulamento sobre os deveres de informação e deu-se início aos processos ligados à contabilidade dos fundos de investimento, ao regulamento sobre as taxas e ao regulamento sobre a comercialização de organismos de investimentos colectivos estrangeiros harmonizados, que não dispõem de prospecto simplificado.

Igualmente há a registar, no quadro da redução das vulnerabilidade das instituições de crédito, medidas regulamentares no sentido do reforço do capital social de 2 instituições, a saber: O Banco Interatlântico aumentou o seu Capital de 600.000.000\$00 para 1.000.000.000\$00 (B.O. III Série nº 16, de 23 de Abril) e a Caixa Económica de Cabo Verde de 348.000.000\$00 para 1.392.000.000\$00 (B.O. III Série nº 19, de 14 de Maio).

Capítulo 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capítulo 8. Considerações Finais

A revitalização da actividade económica nacional teve impacto na aceleração ainda que ligeira do negócio de crédito e a captação de recursos, contribuindo para a melhoria dos resultados e dos indicadores de rentabilidade do sector bancário, embora a um ritmo marcadamente inferior à média dos últimos 5 anos.

O principal risco para o sistema bancário constitui o risco de crédito, sobretudo nos domínios da habitação, construção e consumo, bem como a situação de elevada exposição da carteira, face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

Em termos prudenciais e de forma a acompanhar os riscos subjacentes ao exercício das suas actividades, os bancos em 2010 procederam ao aumento significativo dos Fundos Próprios e ao reforço substancial do seu nível de provisionamento. Os rácios de solvência e de liquidez mostraram níveis confortáveis de exposição.

O mercado de valores mobiliários vem ganhando importância crescente e contribuindo para o financiamento da economia e consolidação do sistema financeiro. No entanto, as operações realizadas comportam riscos quer para o mercado de forma directa, quer indirectamente para o sector bancário e, em última instância, igualmente para as finanças públicas.

O sistema de pagamentos tem garantido a normal e satisfatória liquidação das transacções financeiras.

A Central de riscos de crédito beneficiou de melhorias significativas em 2010, e não obstante alguns constrangimentos operacionais, continua a representar para as instituições de crédito uma ferramenta indispensável na melhor tomada de decisão sobre as operações de financiamento, em condições de maior segurança.

As medidas regulamentares implementadas em 2010 contribuíram para reforçar o quadro legal existente e adapta-lo às melhoras práticas internacionais.

A evolução dos principais indicadores prudenciais, do Z-Score e parcialmente os resultados dos testes de *stress* indiciam reforço de solidez e estabilidade do sistema bancário em 2010, face ao ano anterior. Esta evidência é igualmente corroborada pelo normal funcionamento do sistema, traduzido no contínuo cumprimento das suas obrigações contratuais sem recurso à assistência externa, sem registo de falta de liquidez nem interrupção nos sistemas de pagamentos.

No entanto, os testes de *stress* indiciam potenciais riscos de perda da qualidade da carteira em caso de choques de crédito aos sectores da construção,

habitação e consumo. Em virtude da elevada exposição da carteira de crédito ao sector imobiliário e a um reduzido número de contrapartes, os resultados dos testes, igualmente alertam para a existência de elevados riscos, que poderão comprometer seriamente a estabilidade do sistema financeiro nacional.